
**DESARMAMENTO,
SEGURANÇA PÚBLICA
E CULTURA DA PAZ**



Cadernos Adenauer

ANO VI

2005

Nº 03

ALBA ZALUAR

MICHEL MISSE

JOSEPHINE BOURGOIS

PAULO AUGUSTO SOUZA TEIXEIRA

TERRY CRAWFORD BROWNE

REBECCA PETERS

LEONEL NARVAEZ

MARIA CLARA LUCCHETTI BINGEMER

DESARMAMENTO, SEGURANÇA PÚBLICA E CULTURA DA PAZ



Konrad
-Adenauer-
Stiftung

Editor responsável
Wilhelm Hofmeister

Conselho editorial

Antônio Octávio Cintra	Maria Clara Lucchetti Bingemer
Fernando Limongi	Maria Tereza Aina Sadek
Fernando Luiz Abrucio	Patrícia Luiza Kegel
José Mário Brasiliense Carneiro	Paulo Gilberto F. Vizontini
Lúcia Avelar	Ricardo Manuel dos Santos Henriques
Marcus André Melo	Roberto Fendt Jr.
Rubens Figueiredo	

Coordenação editorial

Joana Fontoura

Revisão

Joana Fontoura

Tradução

Pedro Maia Soares (p.63-75) e Carlos Peixoto (p.77-83)

Capa

Isabel Carballo

Diagramação

Cacau Mendes

Impressão

Zit Gráfica e Editora

ISSN 1519-0951

Cadernos Adenauer VI (2005), nº 3

Desarmamento, segurança pública e cultura da paz

Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, outubro 2005.

ISBN: 85-7504-092-8

Todos os direitos desta edição reservados à

FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER

Centro de Estudos: Praça Floriano, 19 – 30º andar

CEP 20031-050 – Rio de Janeiro, RJ – Brasil

Tel.: 0055-21-2220-5441 · Telefax: 0055-21-2220-5448

Impresso no Brasil

Sumário

OS AUTORES	7
APRESENTAÇÃO	9
DILEMAS DA SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL	II
<i>Alba Zaluar</i>	
O QUE PODEMOS ESPERAR DO DESARMAMENTO?	25
<i>Michel Misse</i>	
DESARMAMENTO: UMA QUESTÃO DE VIDA	31
<i>Josephine Bourgois</i>	
DESARMAMENTO E SEGURANÇA PÚBLICA:	
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	41
<i>Paulo Augusto Souza Teixeira</i>	
VIVA RIO, VIVA BRASIL – UMA PERSPECTIVA SUL-AFRICANA	
O REFERENDO SOBRE ARMAS NO BRASIL	
DE OUTUBRO DE 2005	53
<i>Terry Crawford Browne</i>	

CAMPANHAS LOCAIS E DE BASE: LIÇÕES APRENDIDAS COM A EXPERIÊNCIA AUSTRALIANA	63
<i>Rebecca Peters</i>	
O DESARMAMENTO COMEÇA POR DESARMAR OS CORAÇÕES	77
<i>Leonel Narvaez</i>	
ADEUS ÀS ARMAS: UMA DECISÃO TRANSCENDENTAL	85
<i>Maria Clara Lucchetti Bingemer</i>	

Os autores

Alba Zaluar é filósofa, mestre pelo Museu Nacional no Rio de Janeiro, doutora pela USP e hoje leciona no Instituto de Medicina Social da UERJ. Desde a tese de mestrado estuda a pobreza no Brasil: suas imagens, suas organizações, suas práticas cotidianas e festivas. Nos últimos vinte anos vem pesquisando o tema da criminalidade e da violência urbana e publicando artigos em revistas nacionais e internacionais os resultados de suas pesquisas e suas reflexões sobre as questões polêmicas suscitadas nele. Publicou os seguintes livros: *Desvendando Máscaras Sociais*; *Os homens de Deus*; *A Máquina e a Revolta*; *Educação e Violência* (org.); *Drogas e cidadania* (org.); *Cidadãos não vão ao paraíso*; *Condomínio do Diabo*; *Da Revolta ao Crime S.A.*, *Cem Anos de favela* (org.). Presentemente inicia uma coleção sobre o mesmo tema na Editora da Fundação Getúlio Vargas com teses de alunos e colaboradores sob sua orientação.

Michel Misse, Mestre e Doutor em Sociologia, é professor do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Coordena o Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana da UFRJ. É autor de vários livros e inúmeros artigos publicados em periódicos científicos. Seu mais recente livro é “Crime e Violência no Brasil Contemporâneo. Ensaio de Sociologia do Crime e da Violência Urbana” (Rio de Janeiro, Editora Lumen Juris, 2005).

Josephine Bourgois é cientista social com pós-graduação na Universidade de Nova York e École Normale Supérieure (Paris) e, em Literatura,

pela Sorbonne (Paris). É pesquisadora da área do controle de armas do Viva Rio e co-autora do livro “Armas de fogo: proteção ou risco” (2005).

Paulo Augusto Souza Teixeira é Oficial da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, com vinte anos de atividade profissional. Especialista em Políticas Públicas de Justiça Criminal e Segurança Pública, pela Universidade Federal Fluminense. Atualmente trabalha no Instituto de Segurança Pública como Coordenador dos Conselhos Comunitários de Segurança.

Terry Crawford-Browne é um ex-banqueiro internacional que de 1985 a 1991 ajudou o arcebispo Desmond Tutu e o Conselho das Igrejas da África do Sul na bem-sucedida campanha por sanções bancárias contra o apartheid. Ele preside a filial sul-africana do Economistas Aliados pela Redução das Armas, liderando a oposição da sociedade civil ao acordo de armas que foi descrito como o “teste de tornassol do comprometimento da África do Sul com a democracia e a boa governança”.

Rebecca Peters é diretora da IANSA (*International Action Network on Small Arms*) – rede internacional de organizações da sociedade civil que combate a proliferação e mal uso de armas de fogo de pequeno porte.

Leonel Narvaez é Fundador e atual Diretor da Fundação para a Reconciliação, com base em Bogotá, Colômbia, é sociólogo, mestre em Filosofia pela Universidade de Cambridge, na Inglaterra, e Th.M. pela Universidade de Harvard. Criou as Escolas de Perdão e Reconciliação, que estão se expandindo com êxito em países da América Latina, Europa e África.

Maria Clara Lucchetti Bingemer é doutora em teologia, professora do departamento de Teologia da PUC-Rio e decana do Centro de Teologia e ciências humanas da mesma universidade. Escreve às segundas-feiras no Jornal do Brasil e é autora de vários livros, sendo os mais recentes: *A argila e o espírito*, RJ, Garamond, 2004 e *Simone Weil: ação e contemplação*, Bauru, EDUSC, 2005.

Apresentação

O Brasil pretende se desarmar. Por isto no dia 23 de outubro será realizado o primeiro referendo no país para que os cidadãos decidam o destino da venda de armas e munição no Brasil. Em dezembro de 2003, o Estatuto do Desarmamento foi aprovado como a primeira iniciativa de se reduzir o número de armas de fogo nas mãos dos civis através da entrega voluntária de armas. A Campanha pelo desarmamento teve um resultado além do esperado. Houve o prolongamento do recolhimento de armas e até hoje, a Campanha brasileira já recolheu mais de 450 mil armas.

Passados quase dois anos da implementação do Estatuto, foi aprovado a realização do Referendo pelo Desarmamento onde no dia 23 de outubro de 2005 os cidadãos brasileiros entre 18 e 70 anos estão convocados a votar a seguinte pergunta: “O comércio de armas de fogo e munições deve ser proibido no Brasil?”

Estima-se que mais de 500 milhões de armas pequenas estejam em circulação pelo mundo, incluindo revólveres, rifles automáticos, granadas, submetralhadoras e pistolas. Somente no Brasil há 17,5 milhões de armas de fogo sendo que desta quantia 90% está nas mãos da população civil.

Segundo dados do Datasus de 2002, 63,9% dos homicídios são causados por armas de fogo. Além disto dados demonstram que arma de fogo é muito mais um perigo do que uma proteção, aumentando o risco de mortos e feridos, e de acidentes e criando uma falsa sensação de segurança. Neste referendo o alvo mais imediato é

a redução dos chamados crimes interpessoais que são cometidos em momentos de fortes emoções e pela facilidade de se obter armas de fogo. É um mito considerar que com uma arma o cidadão está mais protegido. Na maioria dos assaltos, mesmo pessoas treinadas não têm tempo de reagir e sacar sua arma. Quando o cidadão reage, ele corre mais risco de se ferir ou ser morto.

A situação brasileira portanto é singular pois em nenhum país do mundo a população foi convocada a decidir sobre o destino da comercialização de armas de fogo e munição, através de uma consulta popular como um referendo. Diante desta novidade no sistema democrático brasileiro, este número dos Cadernos Adenauer procura contribuir para a discussão levantada com a realização do Referendo pelo desarmamento; da violência; da segurança pública e da construção de uma cultura de paz através de artigos de pesquisadores brasileiros e experiências estrangeiras. As visões expostas aqui demonstram que o processo de mudança não será instantâneo mas o futuro promete ser mais pacífico se a decisão final dos brasileiros for pela proibição da comercialização das armas de fogo e munição no Brasil.

Sabemos, que a violência no Brasil, que acompanha a vida cotidiana de muitas pessoas e que desqualifica a imagem internacional do país, não vai terminar na madrugada após uma eventual vitória a favor da proibição da comercialização de armas e munição. Mesmo assim, os brasileiros podem dar um sinal importante de que estão dispostos a seguirem o caminho da paz.

WILHELM HOFMEISTER

Dilemas da segurança pública no Brasil

ALBA ZALUAR

O tema da violência invadiu o imaginário social e a discussão intelectual rápida e surpreendentemente. A redução da explicação da criminalidade violenta à pobreza e à desigualdade impede um entendimento mais complexo da questão. As proposições sobre a existência de uma cultura da violência e do monopólio legítimo da violência, ambas falsas, terminam por dificultar a compreensão dos diversos conflitos na arena social e política. As interconexões entre a economia legal e a ilegal nos tráficos é também pouco acionada nas teorias necessárias para políticas públicas mais eficazes e democráticas. Sofremos sobretudo do excesso de maniqueísmos e de esquemas simplificados que rapidamente se disseminam nas matérias jornalísticas sobre os temas.

A afirmação de que a pobreza é a causa da criminalidade, repetidamente utilizada na defesa dos pobres na mídia, acaba por justificar a preferência, carregada de suspeitas prévias, que policiais têm pelos pobres. Além disso, baseia-se no pressuposto utilitarista de que, movido pela necessidade, o homem agiria apenas para sobreviver e para levar vantagem sobre os demais. Há uma redução de complexa argumentação para o primado do *Homo economicus*, comandado exclusivamente pela lógica mercantil do ganho e a necessidade material. Esta é uma das dimensões a serem consideradas, mas de fato explica a ambição de enriquecer de todos, sem importar o nível de sua renda e a sua origem social. Estudos recentes mos-

tram que os pobres são as maiores vítimas de furtos, roubos e assassinatos, estes últimos nos locais onde o tráfico de drogas domina e não há policiamento que proteja a população.

O argumento economicista não deixa, sobretudo, enxergar a dimensão do poder, do simbólico e da paixão destrutivos: o triunfo sobre o outro, o orgulho pela destruição do outro, o prazer de ser o senhor da vida e da morte, o gozo no excesso da liberdade na festa dentro da comunidade dos comparsas, presente tanto em assaltos à mão armada quanto em grandes massacres. Wolfgang Sofsky, sociólogo alemão que estudou o terror e escreveu um tratado sobre a violência, narra com crueza o que vem a ser essa paixão. Escolhe para ilustrá-la, o personagem Gilles De Rais, nobre francês contemporâneo de Joana D'Arc que adquiriu o gosto de matar durante a Guerra dos Cem Anos e continua a fazê-lo quando não há mais guerra. Caçou, torturou e matou meninos com a ajuda de seus servos, conforme suas confissões. Essa redução da criminalidade violenta à pobreza tampouco permite analisar os efeitos inesperados da criminalidade violenta que aumenta a pobreza e os sofrimentos dos pobres. Isto na medida em que os obriga a viver entre dois fogos e duas tiranias – a dos traficantes e a das polícias. Impede também o acesso aos serviços e instituições do Estado presentes, tais como escolas, postos de saúde, quadras de esporte, vilas olímpicas etc com as restrições ao ir e vir dos moradores e dos profissionais que atendem a população pobre. Também ameaça os jovens pobres que, em função da atividade que exercem em seus empregos, são obrigados a entrar em favelas 'inimigas' e são mortos enquanto trabalham para viver, caso sejam reconhecidos como moradores de favelas inimigas.

Contam-se sobretudo os mortos e os danos para avaliar o crescimento da violência. A mídia e muitos pesquisadores debruçam-se sobre as últimas estatísticas oficiais como se fossem assim compreender tudo e resolver o problema. Contudo, além dos mortos e feridos que podem ser contabilizados em delegacias e hospitais, há também que se levar em conta os sofrimentos psíquicos e morais. Os primeiros são visíveis e publicizáveis. Os segundos são

invisíveis e deles pouco se fala. As vítimas da violência que sobrevivem não têm apenas as deficiências físicas que decorrem das agressões sofridas. As marcas traumáticas no seu psiquismo são tão ou mais graves e muitas jamais cicatrizam. Parentes e amigos das vítimas que sobrevivem têm também o seu ordálio de sofrimentos. A própria humilhação cotidianamente sofrida por jovens (homens e mulheres) que não podem dizer não aos chefes muito bem armados das quadrilhas, nem aos policiais que se comportam também como déspotas nos locais onde suas ações não podem ser denunciadas por causa do terror já implantado entre seus moradores. Denunciar a polícia como instituição, numa tentativa infantil de afirmar que não se precisa dela, é negar sua importância crucial na garantia dos direitos civis ou humanos - o direito à vida e à propriedade - e abdicar de torná-la mais capaz de um controle democrático da criminalidade que vitimiza principalmente os pobres. É preciso, portanto, modificar a polícia e seus métodos de enfrentamento dessa situação terminal com a máxima urgência. Acabar com a guerra entre comandos e policiais versus bandidos, para preparar policiais e moradores nas novas relações de cooperação que se fazem necessárias.

A ausência do monopólio legítimo do uso da violência é que gera o medo e a violência disseminada no social. Este monopólio, que nunca existiu no Brasil, agora, com o armamento do crime organizado, dos grupos de extermínio e dos justiceiros, das empresas de segurança privada, continua não existindo ainda mais claramente do que há algumas décadas atrás. Mas o Estado brasileiro nunca foi suficientemente forte para impedir o uso da violência privada pelos proprietários de terra, por grupos particulares de segurança e, nas três últimas décadas, do crime-negócio. Mais uma razão para não negar o medo e confundi-lo com ideologia manipulada pela mídia. O medo pode ser exagerado ou manipulado situacionalmente. Contudo, o estado brasileiro nunca cumpriu nem medianamente a principal função de todo o estado: dar segurança a seus cidadãos, um direito muito valorizado por todos, sem importar a escolha sexual, a religião, a cor da pele, o gênero, o nível de renda,

a escolaridade etc.. Portanto, o medo é, digamos, estrutural, está na condição de sujeito deste Estado. Isto é particularmente importante para todas as categorias minoritárias que não possuem os meios para sua defesa no caso de ataque de quem está mais bem armado. Esses grupos precisam da proteção estatal contra seus predadores.

Hoje, portanto, trata-se da perda do monopólio estatal de violência legítima, fundamento da soberania, em proveito de empresas privadas de segurança, de grupos ou indivíduos fortemente armados com armas de calibre apenas permitidos às Forças Armadas mas em mãos de membros de organizações ou redes transnacionais do crime. Nos Estados Unidos, que detém 43% do mercado de armas no mundo, existem hoje 67 milhões de pessoas armadas ou 70 milhões de armas, sendo produzido, a cada ano, mais de 1,5 milhão delas. O comércio internacional e o tráfico transnacional de armas convencionais de guerra movimentaram 22,8 bilhões de dólares em 1995, destinadas seja aos países em guerra civil, seja às máfias ou bandos armados que assolam quase todas as regiões do planeta. Ou seja, embora legalmente comerciada em seus países de origem, entram ilegalmente em países do chamado Terceiro Mundo, entre os quais o Brasil. Um estudo do Viva Rio, feito por Dreyfus e Nascimento estimou em 17.325.704 milhões o número de armas de fogo, no país, 1.031.386 com integrantes das Forças Armadas; 715.224 com profissionais da segurança pública, magistrados, oficiais de justiça e categorias vinculadas ao sistema judiciário; 6.815.445 com civis, incluindo-se colecionadores e esportistas; e 8.763.614 armas ilegais, nas mãos de civis (das quais 3.995.970 estariam com criminosos). Impressiona a precisão dos dados, que só podem se referir àquelas armas que estão registradas. As ilegais, que nunca foram contadas, nos dois sentidos do termo, só podem ter estimativa grosseira. Em sentido contrário, outros estudos e levantamentos demonstram ser muito pequena a importância da arma de fogo na cultura brasileira, ao contrário da americana, por razões históricas. Ao longo dos séculos XIX e XX não ocorreram conflitos religiosos, étnicos ou políticos nacionais que tenham resultado no

armamento da população civil, como aconteceu nos Estados Unidos, na Colômbia e outros países.

De acordo com o General Social Survey dos EUA, 45% dos domicílios têm uma arma de fogo e em mais da metade destes domicílios, mais de uma arma. No Brasil, dados de uma pesquisa domiciliar coordenada pela Organização Pan-Americana de Saúde em 1997 indicam que, na cidade do Rio de Janeiro, apenas 4,5% da população declara ter uma arma de fogo em casa. Em São Paulo, dados mais recentes, de 2003, de uma pesquisa domiciliar realizada pelo Instituto Futuro Brasil, permitem calcular que apenas 2,5% dos domicílios têm alguém com arma em casa.

Neste ponto, a mídia tem tido papéis contraditórios. Se repete muito mais facilmente os argumentos dos ideólogos que se valem das fórmulas maniqueístas mais fáceis, tem também exercido uma função importante na pressão sobre os governos até mesmo iniciando ou acompanhando como verdadeiros investigadores vários crimes descobertos por jornalistas ou aprofundados por eles. Poucas matérias têm sido escritas sobre o fluxo ilegal das armas. Em 2003, reportagem de um jornal carioca apontava que, em sete anos, 10 mil teriam sido roubadas das Forças Armadas. Há poucos dias, o mesmo jornal publica, citando fonte oficial, que apenas 278 armas teriam sido roubadas entre 2000 e 2005.

Os estudiosos da violência, por sua vez, pouco afeitos aos suportes teóricos que enquadraram a discussão em outros países, vivem dilemas morais e ideológicos que os atormentam, ainda sob a hegemonia do paradigma marxista e a visão dicotômica da sociedade. Esses dilemas poderiam ser assim resumidos: como denunciar a violência de grupos internos às favelas e bairros pobres, rompendo com o ideal populista de um povo puro, oprimido pelas classes dominantes? A solução, muitas vezes não consciente, tem sido a de procurar culpados na classe média, sejam os usuários de drogas, sejam os pouquíssimos cidadãos que têm armas em casa. Os dados passam a ser contraditórios e pouco críveis. Alguns estudos apontam que, no Rio de Janeiro, 25,6% das armas de fogo que fo-

ram apreendidas pelas polícias entre 1981 e 2003, haviam sido registradas por proprietários legais. Em São Paulo, esses casos corresponderiam a 52% das armas apreendidas entre 2000 e 2003, segundo fontes oficiais das Polícias. Por último, pesquisa mais recente no Rio de Janeiro afirma que, das 44.437 armas apreendidas no Rio entre novembro de 1996 e abril de 1999, 72,9% eram pistolas e revólveres nacionais. Se há tanta contestação dos dados de homicídios, cujo registro é obrigatório e não implica em nenhum ganho para policiais corruptos, fornecidos pelas secretarias de segurança ou do SUS, pelos mesmos autores, como se pode tirar tantas conclusões a partir do depósito de armas da polícia? Seria necessário supor que, a partir das informações amplamente fornecidas por moradores de favelas, muitas armas ilegais chegam às mãos de traficantes via policiais corruptos. È o que eu ouço há vinte e cinco anos nas pesquisas realizadas em tais locais.

Outra simplificação ocorre, portanto, quando se diz que “é a posse e o porte de armas pelos habitantes da cidade (cidadãos), que as compram na ilusão de que se protegem, que está na raiz do problema”. De fato, a facilidade de obter armas, tanto no comércio legal como no contrabando, tem contribuído para o aumento dos homicídios e das lesões sérias nas vítimas de agressões. Mas os acidentes decorrentes da imprudência de manter uma arma em casa têm incidência muito baixa. Não se pode tampouco tomar o depósito da Polícia, conhecida pela sua ineficácia e minada pela corrupção, como o indicador do tipo de armas que prevalece entre os moradores da cidade. As mais poderosas, tecnologicamente superiores, mais caras e cobiçadas não vão para o depósito. Trocam de mãos no comércio clandestino que flui entre policiais e bandidos, assim como no tráfico ilegal que viaja clandestinamente em navios e caminhões nas trevas dos porões e das noites. Por isso mesmo, a guerra entre os comandos ocorre agora pelo domínio militar das favelas ao redor da Baía de Guanabara. As armas importadas, embora tecnologicamente superiores (foram feitas para guerras entre Estados e desferem dezenas de tiros em segundos), são consideradas le-

ves e podem ser carregadas por crianças. Essa revolução tecnológica nos armamentos tem sido amplamente utilizada, tanto nas guerras civis fratricidas quanto nos conflitos sangrentos entre quadrilhas e comandos do crime negócio. Muito mais atenção deve ser dada, portanto, ao tráfico ilegal e internacional de armas e à existência de paióis de armas nos enclaves militarizados pelos traficantes de drogas em muitas inacessíveis favelas brasileiras, onde a polícia tem grande dificuldade de entrar, sendo recebida à bala.

Estudos feitos recentemente nos Estados Unidos, procuram, por exemplo, correlacionar o tipo de arma com o tipo de crime. As armas utilizadas em pequenos roubos não são as mesmas que as exibidas de forma conspícuas nos assaltos feitos por quadrilhas, nos conflitos armados entre elas, e nos homicídios que equivalem a execuções. São estas as que mais preocupam, pois o seu desarmamento é mais duvidoso. Pois mais do que uma inclinação natural dos homens jovens pobres à violência, o que explica o aumento da taxa de homicídios nos locais onde vivem é a alta concentração de armas nestes locais. É isso que cria o que o criminologista Jeffrey Fagan da Universidade de Columbia chamou “ecology of danger,” Depois de entrevistar 400 jovens nas vizinhanças mais perigosas de Nova Iorque, descobriu que a violência se expandiu nessas vizinhanças entre 1985 e 1995 pelo contágio de idéias e posturas. Jovens que, de outra maneira, não andariam armados, passaram a fazê-lo para evitar serem vitimizados pelos seus pares armados, para impor respeito e para gozar do prestígio adquirido com a posse de armas.

Em muitas cidades americanas, policiais receberam orientações para um patrulhamento ou vigilância gun-oriented, ou seja, cujo objetivo era a apreensão de armas. Por isso, em Kansas City e Indianápolis, policiais uniformizados passaram a trabalhar horas extras para apreender mais armas nas vizinhanças mais perigosas, enquanto continuavam as atividades de praxe nas outras. Com isso, os crimes praticados com armas diminuíram 49% nas áreas alvo em Kansas City, 50% em uma área de Indianápolis que recebeu tal pa-

trulhamento extra. Em Charleston, South Carolina, fez-se experiência com um programa que oferecia prêmios a quem desse informações ou dicas sobre armas ilegais. Mas quase todas as cidades americanas montaram projetos de prevenção da violência com projetos voltados para os jovens, ao mesmo tempo em que modificavam a forma de abordagem e de investigação policiais.

Além disso, a marcante tendência à dicotomização de mundos – o dominante ou o marginal; o incluído e o excluído – abriu espaço para o que Habermas chamou de metafísica negativa, na qual o mundo do desviante, marginal ou divergente, é entendido e elogiado como a alternativa ao mundo oficial. As formas do distinto existente no mundo dos “marginais”, “bandidos”, “membros de gangues ou galeras e até mesmo quadrilhas de jovens violentos” foram apresentadas num discurso que estetizava a violência e que chegou a tomá-la como saída ou justificativa moral para a dominação, a exploração, a exclusão dos dominados, explorados e excluídos, ou, ainda mais simplesmente, como uma estratégia de sobrevivência deles. Acontece que este foco nas divisões impede o entendimento das pontes e passagens múltiplas, trocas contínuas e redes entrecortadas que articulam e que tornam, por exemplo a fronteira entre o legal e o ilegal, o público e o privado, sempre tão frágil num país como o Brasil em que a re-pública nunca se instaurou de fato. Hoje esses problemas são ainda mais claros no contexto de um planeta em processo de globalização, na qual a comunicação é cada vez mais rápida e generalizada, além de des-territorializada.

Quando se considera o contexto nacional e transnacional da cultura globalizada e do crime negócio, um fluxo de recursos - armas, drogas e até dinheiro - cuja fonte transcende a prática fatal dos adolescentes pobres, o escopo da análise tem que ser ampliado até incluir a organização transnacional dos cartéis das drogas e de outras mercadorias negociadas ilegalmente, além, é claro, das instituições locais - a polícia e a justiça. Entende-se então porque adolescentes pobres, em plena fase de fortalecimento da identidade masculina, aprendem rápido um novo jogo mortal para afirmá-la,

devido à facilidade de obter armas e ao fascínio de ganhar dinheiro fácil nas redes do crime negócio, dos quais o tráfico de drogas, não sendo o único, é um dos mais lucrativos.

As tentativas canhestras de justificar ou negar a violência perpetrada intra-classe e a defesa desse jogo mortal para tantos jovens pobres tornam-se cada vez menos aceitáveis. Impossível ignorar, nas interpretações pretensamente em defesa dos excluídos, a percepção do sofrimento que provoca a violência assim banalizada entre eles. Em qualquer lugar, é o limite do aceitável e o sentido da perturbação que caracterizam um ato como violento. As sensibilidades mais ou menos aguçadas para o excesso no uso da força corporal ou de um instrumento de força, o conhecimento maior ou menor dos seus efeitos maléficos, seja em termos do sofrimento pessoal, seja em termos dos prejuízos à coletividade, dão o sentido e o foco para a ação violenta. Além de polifônica no significado, ela é também múltipla nas suas manifestações. Do mesmo modo, o mal a ela associado, que delimita o que há de ser combatido, tampouco tem definição unívoca e clara. A questão é saber se existiriam valores não contextualizados, direitos fundamentais, valores universais, o que obrigaria a pensar sobre a violência pelo lado dos limites que tais valores e direitos imporiam à liberdade individual ou coletiva. Se são os pobres que veiculam suas dúvidas quanto à aplicação do conceito de direitos humanos apenas em relação aos que abusaram da sua liberdade em detrimento das posses e da vida de outros, então está na hora de colocar o foco no controle desses abusos, especialmente nos casos de homicídio e estupro, os que mais provocam sofrimento entre os pobres, e os menos investigados pela polícia.

Isso não quer dizer que se deva ignorar o fato de que no Brasil a polícia tem uma dupla face: o seu caráter autoritário, repressivo e violento “nunca hesitante em usar o chicote” para os pobres, destituídos ou excluídos (a “polícia de moleque”); a sua face prestimosa, condescendente e dócil em relação aos privilégios de classe e *status* (“a polícia de gente”). Por outro lado, a denúncia da repressão

policial, muito embora importante para tornar públicas as inúmeras violações dos direitos civis ou fundamentais, presentes na Constituição Brasileira de 1988, tomou tanto investimento que barrou em certa medida a formulação de projetos de reforma das instituições.

Criou-se, assim, um círculo vicioso das violações de direitos e da escalada da violência pela inércia institucional e a cegueira dos que elaboram políticas de segurança que não resolvem os problemas estruturais das principais instituições que as levam a efeito. O modelo tradicional de polícia repressiva, que não presta contas aos contribuintes cidadãos nem se livra dos mecanismos perversos que a faz privilegiar o pobre como o alvo de sua investigação e castigo, mas que também não investe na investigação e na eficiência na resolução dos crimes que mais afetam a população pobre, arrasta-nos para o poço cada vez mais fundo da violência societária e institucional irremediavelmente atreladas. Só depois de desfeito este nó pode-se pensar numa polícia comunitária que sirva a uma população local e preste contas de seus atos a ela.

Impressiona, até mesmo os que se defenderam com a couraça da indiferença, a facilidade com que os comandantes arregimentam jovens em várias favelas do Rio para suas guerras particulares. A liberdade de movimento desses chefes é também um acinte à inteligência dos moradores dessa cidade. Porque é evidente a conexão deste inusitado crescimento da violência entre os jovens pobres e as profundas transformações nas formas de criminalidade que se organizaram em torno de vários tráficos, inclusive o das drogas ilegais, e de inúmeros contrabandos, principalmente o de armas, dois negócios extremamente lucrativos que atravessaram fronteiras nacionais e que passaram a mobilizar as várias máfias transnacionais com seus agentes pertencentes a classes sociais superiores.

Muito se fala sobre as culpas e as responsabilidades, que preferencialmente recaem sobre a classe média carioca onde estariam os consumidores. Ledo engano. Os consumidores estão em todas as classes sociais de todos os estados brasileiros e não podem ser res-

ponsabilizados pelo modo de atuação das polícias nesse intrincado problema que mobiliza imensas verbas públicas no seu combate sem que se impeça o acúmulo de enormes fortunas privadas nem aqui nem no mundo. Há que entender o que representam esses negócios no funcionamento de um mercado livre de quaisquer limites institucionais ou morais, com que nem os mais liberais entre os liberais sonharam, justamente por transacionar mercadorias ilegais. As atividades econômicas ilegais, que não são poucas, por não terem controles institucionais, tendem a ser muito lucrativas para certos personagens estrategicamente posicionados em suas redes de contatos que atravessam fronteiras entre os estados brasileiros e as nações do mundo. Ora, com tanto lucro, ficou fácil corromper policiais, comprar apoio político, conseguir receptadores, encontrar alvejantes de dinheiro imundo e arregimentar jovens para morrer nas guerras recorrentes em que disputas são resolvidas à bala. Em todo o país.

A recusa em aceitar que novas formas de associação entre criminosos mudaram o cenário não só da criminalidade, mas também da economia e da política no país, atrasou em muito a possibilidade de reverter o processo. Deixou livre o caminho para o progressivo desmantelamento nos bairros pobres do que havia de vida associativa, tão importante no direcionamento de suas demandas coletivas. Deixou-se espalhar, entre alguns jovens pobres, um etos guerreiro que os tornou insensíveis ao sofrimento alheio, orgulhosos de infligirem violações ao corpo de seus rivais, negros, pardos e pobres como eles, agora vistos como inimigos mortais a serem destruídos numa guerra sem fim. Nessas condições, construir muros para cercar favelas é um disparate. Quem o iria construir no espaço dominado militarmente pelos traficantes armados? Se não autorizam nem mulher grávida a subir em ambulância, como garantir a integridade física dos construtores do muro que iria supostamente limitar seus movimentos? Das duas, uma. Ou a construção seria impossível, ou a reconquista do território dominado pelos traficantes tornaria essa construção desnecessária.

Teria este domínio militar dos traficantes e policiais corruptos que os acompanham abalado a civilidade dos moradores desta cidade, desenvolvida ao longo de décadas principalmente pelos seus artistas populares que passaram em conagração competitivo, mas amistoso, aqui, onde sambaram nossos ancestrais?

Outra interpretação preferencial dos que se apresentam como politicamente corretos é culpar a Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, que passou a ser difamada como a mais violenta do mundo. Mesmo que tenha havido manipulação de estatísticas nos últimos anos, seria impossível que essa manipulação anulasse os números apresentados por muitas outras cidades e regiões metropolitanas cujas taxas de homicídio são duas ou três vezes maiores do que a apresentada no município e RM do Rio de Janeiro. Estranha conclusão, já que os cariocas continuam sendo considerados simpáticos, afáveis e gentis. E como culpar uma cidade pelo que seus moradores não conseguem controlar?

Ora, as polícias do Rio de Janeiro ainda não realizaram as necessárias mudanças na sua forma de atuação. Em outra cidade tristemente famosa pelas guerras entre gangues durante os anos de proibição da venda de álcool e, mais recentemente, da venda de cocaína e heroína, isso aconteceu no início dos anos 90 com resultados evidentes no controle da violência entre as gangues, medida pela diminuição nas taxas de homicídio. Ali as unidades policiais encarregadas do crime organizado, dos narcóticos e das gangues mudaram a maneira de agir. Além de atuarem conjuntamente, montaram a estratégia que denominaram a “trama da esquina”. Depois de chegar à conclusão que não adiantava prender apenas o vendedor que ficava na esquina, que era sempre substituído por outro vendedor, configurando essa tarefa interminável de enxugar o gelo, adotaram novas formas de investigação para prender todos os envolvidos na atividade de venda dos narcóticos. Prisões simultâneas de quem passa a droga, quem pega o dinheiro dos vendedores, quem fornece a droga, quem avisa quando a polícia chega. Para isso, policiais disfarçados com a ajuda de informantes, passaram a vi-

sitar o ponto de venda na esquina para comprar a droga de todos os traficantes que ali negociam, enquanto outros observam, fotografam, fazem vídeo etc. Esse material constitui prova jurídica suficiente para colocar na prisão todos os envolvidos. Ou seja, o objetivo é prender todos os que atuam no negócio das drogas, usando a possibilidade de diminuir a pena pela denúncia de quem está mais acima na hierarquia. Nessa unidade atuam também representantes de outros órgãos federais: o DEA, FBI, CIA, cada um com seu representante. A unidade de narcóticos tem cinco times para investigar as atividades dos cartéis ali presentes: os colombianos, mexicanos, porto-riquenhos. Chicago tem cem mil membros em cerca de 220 gangues, quase todas envolvidas hoje com atividades criminais, especialmente o tráfico de drogas ilegais, ao contrário do que acontecia no passado, quando se dedicavam também a atividades recreativas e culturais. Levaram um século para ter algum controle sobre elas.

Além do controle e restrições ao comércio de armas, faça-se mister portanto um grande investimento público na formação dos jovens, marcados pela atração do prestígio adquirido via hipermasculinidade e via o poder conquistado pelos instrumentos que podem matar o rival. Esta formação deve retomar o processo civilizatório, que sofreu um grande retrocesso nas últimas três décadas. Portanto, deve estar voltada para a cidadania ou o etos civilizado. Além disso, a prioridade maior deveria ser a reforma urgente e absolutamente necessária das nossas forças policiais.

O que podemos esperar do desarmamento?

MICHEL MISSE

África do Sul, Brasil e Colômbia têm hoje das mais altas taxas de criminalidade violenta, especialmente homicídios, do mundo. Algumas de suas principais cidades estão mergulhadas no que se poderia chamar uma difícil equação que reúne graves problemas sociais com um forte sentimento de insegurança pública e de impunidade, aliado a uma freqüente demanda de resolução violenta de conflitos cotidianos.

O medo da violência paradoxalmente produz reações que alimentam o apelo a soluções de força e reforçam o imaginário de que é preciso se armar para se defender de um inimigo difuso e implacável. Tal como um fantasma, que pode aparecer a qualquer momento e cujo espectro não nos deixa seguros em nenhuma parte, a violência urbana aglutina nesse imaginário de terror, acontecimentos e situações muito diversas, com também diferentes motivações, mas que parecem pertencer a uma mesma raiz e cujo signo comum parece ser inexpugnável pelas forças públicas de segurança. Ao contrário do tradicional inimigo externo contra o qual nossos exércitos poderiam guerrear, o fantasma urbano da violência não se concentra em nenhum campo de batalha, mas dissemina-se em todas as vizinhanças, em ruas e bares, em ônibus e residências, em favelas e condomínios da alta classe media, sem a contrapartida de uma po-

licia onipresente que supostamente nos garantiria permanentemente contra todas essas ameaças.

O recurso generalizado a posse e uso de armas de fogo por famílias e cidadãos comuns disseminou-se também em nossos países, seja pela difusão desse fantasma no cotidiano, pela sua expansão alargada na onipresença da mídia televisiva, seja pelo sentimento de que a polícia não é mais capaz de garantir a nossa segurança. Não é preciso lembrar o quanto o desarmamento voluntário dos cidadãos se seguiu ao processo civilizatório através do qual o Estado moderno foi capaz de monopolizar o emprego legítimo da força para a administração da justiça e a manutenção da ordem pública.

No entanto, apesar de possuírem muitos indicadores sociais comuns e de apresentarem altas taxas de violência urbana em suas principais cidades, África do Sul, Colômbia e Brasil trilharam histórias diferentes em sua constituição como nações modernas. São muito diferentes também as raízes da violência nesses países: enquanto o Brasil era representado, até a poucas décadas, como um país sem guerras e com baixo grau de violências, a Colômbia iniciava, nos anos 50, o processo de generalização da violência que ganhou o nome de “La Violencia”, cujo desdobramento em guerra civil se aprofundou com os cartéis de drogas nos anos 70 e 80. A África do Sul, mergulhada naquela época no terrível “apartheid”, transitou para a igualdade de direitos, mas recolhe ainda a herança de ódios e rebeliões produzidas pela segregação urbana e pela exclusão social.

O Estado brasileiro nunca teve completo controle sobre a circulação, posse e uso de armas de fogo em seu território. Até os anos 60 um país eminentemente rural, o Brasil possuía um Estado forte, mas permissivo em relação à existência de milícias privadas nas fazendas e latifúndios do interior (capangas, jagunços e pistoleiros). Em algumas das grandes cidades, como Rio de Janeiro, São Paulo, Vitória, Recife e na Baixada Fluminense, grupos de policiais, ex-policiais e agentes locais criaram o que veio a ser conhecido internacionalmente como “esquadrões da morte”, sem que os governos fossem capazes de coibir suas ações e impedir sua disseminação.

Até há alguns poucos anos, o porte de arma de fogo ilegal era considerado apenas uma “contravenção” e não um crime, e o acusado poderia livrar-se de prisão simples, pagando uma multa. Não existem estatísticas sobre o montante de armas de fogo em posse de famílias, apenas estimativas. Mesmo as estatísticas de homicídios dolosos não existem, ainda hoje, para todos os municípios brasileiros; possuímos apenas, a partir de 1979, as estatísticas de mortalidade do Datasus, com base em declarações de óbito que nem sempre classificam devidamente se um óbito foi produzido intencionalmente ou não. A indiferença pela qualidade desses dados não é apenas um problema que afeta os estudos sobre o assunto; é na verdade um terrível indicador do desinteresse público pelas mortes violentas e de como não há transparência nas rotinas policiais, expressas na contabilidade oficial, nem interesse em criá-las. A insistência recente da Secretaria Nacional de Segurança Pública em criar uma estatística nacional de crimes esbarra ainda hoje na resistência das polícias de muitos estados em produzir dados confiáveis.

No Rio de Janeiro, contamos com um excelente sistema de produção de dados, criado no bojo do Programa Delegacia Legal, lançado pelo governo estadual em 1999. Embora praticamente todas as delegacias da região metropolitana estejam informatizadas e integradas ao sistema, os dados produzidos continuam a ser de baixa qualidade, em função das resistências próprias a tradicional cultura policial carioca e fluminense e do desinteresse em utilizar todos os recursos oferecidos pela tecnologia implantada. Mas a razão principal para a baixa qualidade dos dados não é apenas essa, mas outra, muito mais importante: a incapacidade do sistema policial de dar conta do esclarecimento da quase totalidade dos crimes que lhe chegam ao conhecimento. São baixíssimos os índices de elucidação de crimes no Rio de Janeiro, mesmo quando envolvem os delitos mais graves, como homicídios – o indiciamento de suspeitos, nesses casos, não ultrapassa 3 a 5 por cento das ocorrências registradas.

Pode-se agora ter uma idéia do monstruoso problema e do grande desafio que se coloca para a área de segurança pública: volu-

mes crescentes de crimes cometidos com recurso a armas de fogo e baixíssima capacidade do sistema de administração de justiça de processar, esclarecer e punir esses crimes. Como a certeza da punição é um importante fator de dissuasão de novos crimes, não é surpreendente que tenhamos chegado ao enorme problema que enfrentamos atualmente, não apenas no Rio mas em todo o país. A campanha pelo desarmamento e o referendo que deverá proibir a comercialização de armas no país são, nesse sentido, a única resposta a curto prazo possível para paralisar esse círculo vicioso, já que a outra ponta do problema – a ineficiência do sistema de administração da justiça – levará mais tempo para ser reformada e produzir resultados. No entanto, é preciso que se saiba o que pode o desarmamento conseguir e o que não pode, para que não se frustrem vãs esperanças e expectativas simplificadoras da magnitude de nosso desafio.

Em primeiro lugar, é preciso que se saiba que o volume de crimes cometidos com armas de fogo é enorme, dos mais altos do mundo. Apenas no Rio de Janeiro, a polícia registra mensalmente mais homicídios que os que ocorrem durante todo um ano em vários países. Em segundo lugar, uma parte significativa desses crimes não envolve criminosos de carreira, mas cidadãos que se envolvem em conflitos tendo a mão armas de fogo. O número exato desses crimes não é conhecido, pelas razões apontadas antes, mas há estimativas confiáveis com base nos registros existentes. Coordeno atualmente uma pesquisa, solicitada pela Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro a pedido do Deputado Carlos Minc, que preside a Comissão legislativa que avalia o impacto das leis estaduais sobre a vida dos cidadãos fluminenses, que procura avaliar esse tipo de crimes e o quanto as leis estaduais e federais, e a campanha do desarmamento, nos anos recentes podem ter produzido efeitos positivos nessa área. Houve uma redução de homicídios por armas de fogo no Estado, a primeira redução persistente por mais de três anos em duas décadas. Embora não se possa atribuir essa redução exclusivamente as leis que coíbem o comércio legal de ar-

mas de fogo e a campanha do desarmamento, sem dúvida essas leis e a campanha foram um fator importante para essa redução. O desarmamento como princípio praticado sistematicamente entre os cidadãos tenderá, nos próximos anos, a fazer recuar a tendência de crescimento dos homicídios dolosos no Brasil existente desde os anos 80.

Finalmente, é preciso que os brasileiros tomem consciência dos argumentos que nos fazer apostar no desarmamento. Nem sempre esses argumentos são divulgados suficientemente, o que facilita a difusão de idéias simplistas a respeito do objetivo pretendido. Ninguém imagina que o desarmamento, por si só, será capaz de acabar com o atual quadro de violência que afeta muitas das cidades brasileiras. São múltiplos e complexos os fatores envolvidos nessa questão e não se deve subestimá-los, sob pena de difundirmos ilusões. Por outro lado, inúmeras pesquisas atestam que a posse de armas para uso eventual em situações-limite, de defesa pessoal, por cidadãos não-habitados ao seu uso, é um dos principais fatores que os tornam vítimas de seus agressores. Como se isso não bastasse, estamos verificando em nossa pesquisa o que outros estudos já apontaram em vários países: que o simples acesso a arma de fogo, numa situação de conflito interpessoal comum, pode ser um fator necessário ou mesmo suficiente para explicar que o conflito tenha resultado em uma morte que, ao fim das contas, era indesejável ao próprio agressor. Brigas de bar, de vizinhança, de família – crimes passionais, homicídios por razões fúteis, mesmo tentativas de suicídios – poderiam não ter se produzido dessa forma, nem ter provocado mortes se a arma de fogo não estivesse facilmente acessível.

Finalmente, a arma de fogo legal, guardada no armário de muitas casas e apartamentos, entra no circuito dos bens furtados ou roubados, alimentando a confusão entre o lícito e o ilícito e dificultando o controle da circulação de armas no território nacional. Já não serão poucas as armas legais em posse de autoridades policiais, vigilantes e outros cidadãos autorizados – mas serão muito mais facilmente controladas quando a comercialização for proibida do que

sem essa demarcação. Os argumentos a favor do desarmamento são racionais e de bom-senso, os argumentos contrários são facilmente contestáveis sempre que apelam para o sentimento de insegurança da população. O direito de cada um se armar não é uma boa política nem para cidadãos, nem para nações. Em função da constante revolução tecnológica, o direito de cada um se armar, cidadão ou país, se transforma em corrida armamentista, já que nenhuma arma parece mais suficiente para impedir ou empatar a disputa com outra arma. O potencial letal se espalha e aumenta, e a insegurança, ao contrario de diminuir, tende a aumentar. A boa política, para cidadãos e nações, num mundo civilizado, é a paz negociada, o conflito administrado e a honestidade no cumprimento das regras acordadas. Fora daí, fica mais nítido e demarcado o mundo dos fora-da-lei e mais legítimo para todos que se os combata com a força da lei.

Desarmamento: uma questão de vida

JOSEPHINE BOURGOIS

Armas pequenas e leves são as verdadeiras armas de destruição em massa. O seu impacto real, e o seu uso mais freqüente, conferem a elas um perigo muito maior do que aquele representado pelas armas bélicas convencionais como tanques, aviões de combate ou barcos de guerra.

Devido a seu tamanho, sua acessibilidade, seu baixo custo e sua durabilidade, as armas pequenas se tornaram uma das maiores causas de mortes no mundo: segundo publicação internacional, Small Arms Survey 2005, 300 000 pessoas morrem cada ano por armas de fogo. Desses, 100 000 morrem em conflitos armados, e 200 000 morrem em homicídios, crimes, suicídios e acidentes, ou seja fora de um contexto de guerra. Nesse quadro o Brasil é o campeão mundial de mortes por armas de fogo. O Ministério da Saúde informa que, em 2002, 38.088 pessoas morreram a tiros no Brasil. Morre-se mais por arma de fogo no Brasil do que em acidentes de trânsito. As armas de fogo são responsáveis por 64% dos homicídios no Brasil e são a primeira causa de mortes para jovens do sexo masculino de 14 a 29 anos. No Rio de Janeiro as taxas de homicídios para essa população são de 239 /100 000, ou seja, 20 vezes mais que nos estados Unidos e 2 000 vezes mais que no Japão. Desemprego, pobreza e corrupção existem em várias nações, e elas não são violentas. O que o Brasil tem que os outros não têm é a facilidade com que se compra uma arma e se mata uma pessoa.

A presença de uma arma em si não basta para causar a violência, mas a arma pode, sim, modificar a natureza da violência tornando-a letal e irrecuperável. A arma de fogo não é a causa, mas é o principal vetor da violência: da mesma maneira que o mosquito transmite a dengue, a arma é o veículo da violência espalhando essa epidemia para populações vulneráveis.

Apesar de ser comprovado o impacto das armas de fogo na saúde pública ainda existem obstáculos culturais para desarmar a população. Existem conceitos que repetimos sem questionar e que tem sua origem em experiências individuais ou coletivas. São enraizados na opinião pública que os usa para valorizar as armas. Para trabalhar a favor do desarmamento é necessário romper com esse senso comum.

Por exemplo, há uma forte tradição institucional no uso de métodos repressivos como a única forma de controlar as transgressões à lei. Em muitos setores sociais é possível constatar a existência de um sentimento de apoio a pena de morte: “bandido bom é bandido morto”. Também pela falta de confiança nas instituições, pela sensação de insegurança, associada a fatores sócio-culturais, se mantém a idéia que vincula a posse de arma à garantia de segurança pessoal. As armas são vistas como ferramenta de autodefesa contra o crime, para proteger a si mesmo, a família e a propriedade.

E ainda há a idéia, oriunda do lobby norte-americano das armas, de que “armas não matam pessoas, pessoas matam pessoas”. Estabelece-se aí uma falsa distinção entre armas nas mãos de “cidadãos de bem” e armas nas mãos dos “bandidos”. As pesquisas têm mostrado uma realidade bastante distinta. O acesso a uma arma de fogo, seja por quem for, multiplica a letalidade dos conflitos – uma simples rusga doméstica pode culminar em um homicídio, por exemplo. E as armas adquiridas para defesa pessoal, por sua vez, têm muito mais chance de terminar nas mãos dos bandidos do que vir a ser utilizadas contra eles.

Armas forma feitas para matar, e por isso constituem um risco para todos e uma proteção para ninguém. Em casos de assalto com

arma de fogo, a vítima é quase sempre surpreendida pelo agressor e não tem tempo para reagir. Nesses casos, ter uma arma é muito mais um risco que uma ferramenta de defesa. Só nos filmes isso não acontece. Foi comprovado que a presença da arma em um assalto pouco diminui a probabilidade de que o assaltante complete o roubo da propriedade, embora aumente muito o risco da vítima ser ferida ou morta. Uma pesquisa do ISER – Instituto de Estudos da Religião, no Rio de Janeiro examinou os registros policiais de roubos durante um mês. Entre as pessoas que tentaram se defender do roubo a mão armada com arma de fogo, houve 180 vezes mais mortos que dentre os que não reagiram. Uma pesquisa realizada pela Secretaria de Segurança de São Paulo revela que “a parcela da população que possui arma de fogo corre um risco 56% maior de ser vítima fatal numa situação de roubo do que o restante da população que não possui arma”.

Por outro lado, possuir uma arma em casa pode aumentar o risco de suicídio para o proprietário ou para os membros da família. Famosa pesquisa do Professor Hemenway da Universidade de Harvard chegou à conclusão: “onde tem mais armas, tem mais suicídios”. Além disso, ter uma arma pode aumentar o perigo de acidentes, incluso letais, para o proprietário e outros membros da sua família.

A bem-conhecida investigação de Arthur Kellermann¹, publicada no respeitado “New England Journal of Medicine”, em 1993, resume essa situação revelando que “ a família que tem uma arma de fogo em casa corre 4 vezes mais risco de que seja disparado um tiro de forma não intencional, 11 vezes mais risco de que seja instrumento de suicídio de que sirva para a autodefesa da própria família, 18 vezes mais risco de que a arma seja usada contra um membro da casa de que contra um invasor”.

1 Arthur Kellermann and Donald Reay. “Protection or Peril? An Analysis of Firearm Related Deaths in the Home.” *The New England Journal of Medicine*, vol. 314, no. 24, June 1986, pp. 1557-60.

Possuir uma arma pode elevar o risco de que seu proprietário cometa uma agressão de conseqüências graves ou fatais. Inclusive quando a pessoa comprou a arma com o desejo exclusivo de proteger-se, pode acabar perdendo a cabeça numa discussão doméstica e fazer uso da arma. Uma briga que poderia ter acabado num pequeno conflito pode ter um desfecho fatal se a arma de fogo é utilizada. Por outro lado, a pessoa que comprou uma arma de fogo para se defender também pode iniciar uma carreira criminal com ela num momento posterior.

Enfim, as armas constituem um risco para a sociedade: os confrontos com armas de fogo podem provocar um número muito maior de vítimas acidentais, as chamadas “balas perdidas”, que uma agressão com qualquer outro método tradicional. O levantamento da Polícia Civil mostra que uma pessoa morre a cada seis dias, no Estado do Rio de Janeiro, vítima de bala perdida.

Por esses motivos todos, desde 1993, o Viva Rio vem realizando atividades destinadas a reduzir a violência urbana nas cidades brasileiras através da inclusão social e de campanhas de desarmamento. As atividades destinadas a enfrentar os problemas associados à proliferação e o uso indevido de armas de fogo são realizadas em nível local, regional, nacional, e internacional, com três áreas de concentração:

Primeiro, a redução da demanda por armas. São atividades destinadas a conscientizar sobre os perigos das armas de fogo e diminuir o uso dessas armas por civis. Ao trabalhar pela redução da demanda e uso de armas, há de se levar em conta os diversos fatores e aspectos associados. É necessário fazer as seguintes perguntas: Por que existe a demanda de armas? Quais são os fatores que incitam os indivíduos a se armarem?

Interessante é observar uma campanha bem sucedida organizada pelo Viva Rio: a campanha das mulheres. Por estarem menos predispostas a terem uma arma e se manifestarem mais favoráveis a controles rígidos sobre posse de armas, as mulheres podem contri-

buir de forma determinante para reverter a cultura da violência e a relação com as armas.

As mulheres em geral, não gostam de armas. Aqueles que estudam a violência contra as mulheres afirmam que os homens usam as armas e as mulheres sofrem as conseqüências. A elas resta o sofrimento pela perda e a responsabilidade de manter o lar. As mulheres são as “segundas vítimas” das armas. Segundo esse entendimento, mais imunes a cultura machista, as mulheres sabem que as armas são mais um perigo do que uma proteção para a família. Portanto podem exercer um papel importante na construção de um novo conceito de masculinidade que não necessariamente está associado com a violência.

Com essa intenção o Viva Rio em 2001, iniciou a campanha “Arma não! Ela ou Eu” colocando as mulheres como protagonistas da campanha que trabalhou especialmente a questão da demanda, norteadas pelo conceito que a violência armada é uma doença masculina mas as mulheres são a cura!

A campanha do Viva Rio procurou motivar as mulheres a pressionarem seus maridos e os outros homens da casa, a transformarem o lar em um lugar seguro, sem armas. O equívoco e a desinformação de uma parte da família não justifica que ameacem a sua própria família no intuito de protegê-la. Dizendo a eles que por trás do pretexto da autodefesa, os homens não podem violar o direito que as mulheres e seus filhos tem de ter um lar seguro, posto em risco a vida por uma atitude de irresponsabilidade de um membro desta família.

Segundo, a redução da oferta, ou seja, o controle do contrabando e fiscalização sobre a produção, venda, exportação e importação de armas e munições. Ao contrário das drogas, cuja produção e consumo é essencialmente clandestina, as armas, em quase sua totalidade, são produzidas legalmente, até que em certo ponto de sua comercialização são desviadas para o mercado ilícito. São portanto, passíveis de serem controladas na medida em que exista vontade política.

Baseando-se nos dados que comprovam o impacto das armas na saúde pública, os riscos que elas trazem para a sociedade e a importância de controlar o mercado legal para diminuir o ilegal, a sociedade civil organizada depois de vários anos, conseguiu a votação da melhor lei de controle de armas do continente: o Estatuto do Desarmamento, aprovado em Dezembro de 2003. O que ele determina? Além de tornar mais difícil a compra de uma arma de fogo, proibiu o porte de arma para o cidadão comum. Agora é crime inafiançável com penas de até 6 anos. Em São Paulo, por exemplo, no decorrer da nova lei, o número de armas em circulação caiu em 24%. O Estatuto também determinou que fosse realizado, em outubro de 2005, um Referendo Popular para abolir o comércio de armas no Brasil.

Estes pontos foram bastante divulgados porque têm impacto direto na vida da população. No entanto, o Estatuto do Desarmamento é muito mais do que isso. Ele fornece meios para a polícia lutar contra o contrabando, com a integração das bases de dados relativas a armas no Brasil, do SIGMA do Exército, com informações sobre produção, comercialização, exportação, importação, comércio varejista, arsenais das forças de segurança pública e armas em poder de caçadores, atiradores e colecionadores e do SINARM, da Polícia Federal, com informações sobre armas registradas, portes concedidos e armas apreendidas. Graças a essa integração, agora podem ser rastreadas as armas apreendidas nas mãos de bandidos e desmontadas as rotas do tráfico.

O Estatuto prevê a marcação de todas as armas, o que pode ajudar muito a elucidação de crimes e a investigação das fontes do contrabando. A marcação das munições vendidas para forças de segurança pública ajuda a combater os desvios nestas organizações. A lei também ficou mais dura para o crime de tráfico ilegal de armas (antes era a mesma coisa ser traficante de armas do que de cigarros ou CDs).

Essa lei é uma grande avanço para o controle das armas, todas as armas, neste país e já começou a influenciar outros países da re-

gião como Argentina, Bolívia, Chile, Uruguai que começaram a revisar suas leis domésticas baseando-se no modelo brasileiro.

Por fim, o controle de estoques que inclui a reforma de depósitos, a destruição dos excedentes de armas e programas de entrega voluntária.

Como uma forma de reduzir o número de armas nas mãos de civis, existem experiências positivas a nível estatal ou local, de recompra de armas e programas de entrega voluntária. No Brasil, entre Julho de 2004 e Outubro de 2005 foi realizada a segunda maior campanha de entrega de armas no mundo: recolheu 450 000 armas ! Baseada numa anistia, essa campanha permite a qualquer um entregar uma arma, mesmo ilegal, no anonimato, e receber uma indenização federal em troca da arma.

As armas estocadas correm um grande risco de serem desviadas para o mercado ilegal, roubadas ou vendidas ilegalmente graças a corrupção. Por isso, é necessário que os estados destruam seus estoques de armas. No Rio de Janeiro, em 24 de junho de 2001, 20.000 pessoas participaram da maior destruição pública de armas no mundo: 100.000 armas que provinham de estoques de armas confiscadas pela polícia foram esmagadas por tratores sob uma nuvem de pétalas de rosas e depois encaminhadas para serem fundidas.

A destruição foi organizada pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, o Exército Brasileiro e pela ONG Viva Rio. Nesta ocasião os feitos inéditos chamaram a atenção: a colaboração entre sociedade civil e os militares brasileiros a fim de conscientizar a opinião pública sobre a violência armada, assim como sobre a quantidade inédita de armas destruídas. Essa aliança serve para reforçar a idéia de que o Estado deve se aproximar da sociedade civil para enfrentar os problemas de segurança pública e em particular da proliferação de armas. O evento público também foi respaldado por associações comunitárias e estudantis, artistas e músicos. Privilegiando a presença de um grande público e a participação do cidadão, esta cerimônia demonstrou a dimensão simbólica e pedagógica que uma destruição

de armas pode ter. Se os atos de destruição são abertos ao público, acompanhados de discursos e figuras públicas falando da importância do desarmamento para reduzir a violência, se agrega uma função educativa que pode ajudar a estigmatizar o uso de armas e potencializar futuras ações em favor do desarmamento.

O referendo

No dia 23 de outubro, cidadãos e cidadãs com mais de 18 e menos de 70 anos vão às urnas para responder SIM ou NÃO à pergunta: “O comércio de armas de fogo e munições deve ser proibido no Brasil?”. Será o primeiro referendo da história do Brasil e também o primeiro no mundo sobre o tema. Vai ser uma oportunidade única para o povo brasileiro mostrar em que tipo de sociedade ele acredita e quer deixar para seus filhos: um Brasil onde 108 pessoas são mortas com arma de fogo por dia, ou um Brasil diferente, com coragem para se despir de falsa proteção. A vitória do sim poderia ser o início de uma nova história, uma “virada de página” na questão da (in)segurança no Brasil.

Pela primeira vez, uma pesquisa conseguiu retratar o universo das armas no país. As conclusões são assustadoras. Estima-se o número total de armas em circulação no Brasil em 17,5 milhões. Apenas 10% dessas armas pertencem ao Estado (forças armadas e polícias), 90% em mãos civis. Está na hora deste país se desarmar.

Proibir o comércio legal de armas ajudará também a controlar o fluxo de armas ilegais. Segundo pesquisa feita junto à Divisão de Fiscalização de Armas e Explosivos do Rio de Janeiro (DFAE-PCRJ), do total de armas apreendidas pela polícia de 1993 a 2003, 80% são armas de calibre permitido (revólveres e pistolas), 76% são brasileiras, 30% delas têm registro legal. As armas compradas legalmente correm o risco de cair nas mãos erradas, através de roubo, perda ou revenda.

A abolição do comércio de armas de fogo e munição não vai resolver todos os problemas. Temos que continuar lutando pelos

direitos humanos, por melhorias no sistema de justiça e nas polícias. Mas é preciso dar esse passo, e começar a controlar a violência no Brasil. Hoje, este passo está a nosso alcance.

Desarmamento e segurança pública: algumas considerações

PAULO AUGUSTO SOUZA TEIXEIRA

O referendo sobre a proibição da comercialização de armas e munições no Brasil tem recebido destaque no noticiário nacional. Ele é uma das formas de exercício da soberania do povo, juntamente com o plebiscito e a iniciativa popular, conforme previsto no artigo 14 da Constituição Federal. A distinção entre referendo e plebiscito está vinculada ao momento em que o povo é consultado em relação a aprovação de uma lei, seja ela complementar, ordinária ou emenda à Constituição. No plebiscito a consulta ocorre antes da elaboração da lei. Já no referendo, ela se dá depois.

Como o tema é complexo, envolvendo interesses conflitantes, assistimos a manifestações e disputas na mídia pelo “SIM” e pelo “NÃO”. De um lado encontramos a Frente Parlamentar “Brasil Sem Armas”, que defende a proibição e que centra os seus argumentos na redução da violência, em especial dos homicídios. Do outro lado temos a Frente Parlamentar “Pelo Direito de Legítima Defesa”, que tem como principal recurso o sentimento de insegurança da população.

Gostaria de apresentar algumas questões que julgo relevantes para o debate sobre o tema. Começarei abordando o próprio desarmamento e proponho iniciar a nossa discussão pensando em quem queremos desarmar, para que e de que forma.

O século XX recebeu diversas denominações, de acordo com a ótica peculiar de seus observadores. Se Hobsbawm o chamou “breve século XX”¹ o período compreendido entre 1914 e 1991, outros autores, com foco nas suas duas últimas décadas (1980 a 2000), o denominaram “século do crime”². Essa denominação destaca o desenvolvimento das ações criminosas organizadas. Elas envolvem complexas operações de transferência de fundos que, através de sistemas financeiros globalizados, chegam a movimentar cifras superiores ao Produto Interno Bruto³ de diversos países. Elas financiam e são sustentadas por diversas atividades ilícitas e mobilizam pessoas de diferentes classes sociais. Se a produção e o uso das drogas remontam as mais remotas eras, o seu comércio em escala global tem data mais recente. Além das drogas, outras redes criminosas internacionais desafiam os sistemas policiais locais, como as de tráfico de seres humanos e as de armas. Segundo Ziegler⁴ (1998), o crime organizado constitui-se numa ameaça à própria democracia.

A conceituação de crime organizado foge do escopo do presente trabalho, entretanto podemos encontrar aspectos comuns nos conceitos apresentados por diferentes autores. Esses aspectos são: busca de apoio para a sua atuação no âmbito institucional – desenvolvendo uma relação próxima com instituições do Estado, tem como engrenagem o sistema capitalista, possui hierarquia e clara divisão de funções, além de buscar altos lucros. Prefiro utilizar

1 HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos : o breve século XX : 1914-1991*. São Paulo : Companhia das Letras, 1995.

2 ARBEX JR., Jose & TOGNOLLI, Cláudio Julio. *O século do crime*. São Paulo : Boitempo editorial, 1996. 221 p.

3 O Produto Interno Bruto se constitui no principal indicador da atividade econômica. Exprime o valor da produção realizada dentro das fronteiras geográficas de um país, num determinado período, independentemente da nacionalidade das unidades produtoras. A produção da economia informal não é computada no cálculo do PIB nacional.

4 ZIEGLER, Jean. *Os senhores do crime*. Rio de Janeiro : Record, 2003. 332 p.

a terminologia “ações criminosas organizadas” que dá conta de um conjunto maior de grupos que praticam crimes e que não se enquadram rigidamente nos conceitos acadêmicos sobre o tema.

Diferente da droga onde a ilegalidade se dá desde a produção, no caso das armas de fogo há uma produção legal destinada a defesa individual ou coletiva. Essas armas são formalmente controladas pelo Exército Brasileiro e pela Polícia Federal, cujas ações são complementadas pelas polícias estaduais. Há um grande número de armas que são ilegais, seja pelo fato de terem entrado irregularmente no país ou pelo fato de serem produto de furto ou de roubo a pessoa ou instituição legalmente autorizadas a adquiri-las e utilizá-las. Com relação à fiscalização e ao controle das armas legais, o Estado brasileiro desenvolveu instrumentos jurídicos e políticos para lidar com a questão, como o Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/2003) e seu regulamento (Dec. nº 5.123/2004). Contudo, em relação ao tráfico ilícito de armas e de munições, esses instrumentos ainda são frágeis.

Então, podemos estabelecer preliminarmente alguns dos atores da questão do desarmamento. Temos o Estado, que para exercitar o monopólio do uso legítimo da força dispõe de contingentes armados, seja para a defesa territorial (missão destinada às Forças Armadas), seja para manter a ordem pública (missão destinada às organizações policiais). Temos os cidadãos divididos entre os que julgam que a defesa de suas vidas e propriedades requer o armamento e aqueles que acreditam que para a redução da violência há necessidade de proibir imediatamente o uso de armas de fogo. Temos aqueles que utilizam armas, geralmente de pequeno porte, como revólveres e pistolas, para a prática de delitos como homicídios e crimes contra o patrimônio em geral. Temos ainda grupos que utilizam armamentos variados, incluindo armas consideradas “de guerra”, como fuzis e submetralhadoras para a realização de atividades criminosas organizadas como o roubo a estabelecimentos financeiros e transporte de drogas entre diversos pontos da cidade (“bonde”). A delimitação de quem deve ser

desarmado permite uma maior clareza, tanto na previsão das ações necessárias, quanto em relação aos impactos esperados. Além desses atores temos diversos grupos de interesse, como a indústria bélica nacional e internacional e grupos de defesa de direitos humanos.

Então, se há uma produção legal de armas e munições e se o Estado dispõe de mecanismos de controle e fiscalização, para que desarmar a população? Os principais argumentos dos que defendem o desarmamento residem no aumento expressivo dos homicídios. De acordo com a Síntese de Indicadores Sociais lançada pelo IBGE em 2004, no Brasil, entre 1980 e 2000, 586.367 pessoas foram vítimas de homicídios, sendo dois terços delas nos anos 90. Eles passaram a ser a principal causa externa de óbitos masculinos, superando os acidentes de trânsito que lideravam o *ranking* nos anos 80.

Esses homicídios se comportam de forma distinta em relação ao gênero da vítima. Homens com idade entre 15 e 24 anos foram as vítimas preferenciais das armas de fogo. Entre 1991 e 2000, ocorreu um aumento de 95% das taxas de mortalidade dessa faixa para grupos de 100 mil habitantes. Em 2000, as maiores taxas eram do Rio de Janeiro (182), Pernambuco (180), Espírito Santo (122), São Paulo (115) e Distrito Federal (113). Em números absolutos, em 1991, foram vítimas de homicídio 5.220 homens nessa faixa de idade, com uso de armas de fogo, e outros 12.233 foram mortos da mesma forma, em 2000.

De acordo com um estudo⁵ realizado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) sobre a incidência de homicídios causados por armas de fogo nas regiões metropolitanas brasileiras⁶, a taxa média por 100 mil habitantes nessas regiões é de 33,5. As

5 Valores absolutos obtidos a partir do banco de dados dos Sistemas de Informação sobre Mortalidade (SIM) – 1996 a 2002.

6 Foram consideradas as Regiões Metropolitanas e os Núcleos Metropolitanos divulgados pelo Censo 2000 do IBGE e a Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal.

regiões metropolitanas com maiores taxas foram: Vitória (66,5), Recife (60,6), Rio de Janeiro (49,7), Maceió (39,8) e São Paulo (36,5).

Considerando que a redução do uso de armas de fogo poderia alterar essa escalada do número de homicídios, resta responder quais as formas de desarmar a população. Em linhas gerais, têm sido utilizadas duas estratégias. Em relação às pessoas que possuem armas com objetivo de defesa e que podem tornar-se agressores, eles têm sido estimulados a devolvê-las voluntariamente, através de campanhas desenvolvidas tanto pelo governo federal quanto pelo governo dos estados, e que incluem a recompensa financeira para as devoluções. No caso das armas em poder dos criminosos, tem havido uma intensificação nas apreensões de armas, estejam essas armas nas mãos de pequenos delinqüentes ou de grupos organizados.

Segundo as primeiras avaliações feitas pelo Ministério da Saúde em 2005, possivelmente o Estatuto do Desarmamento (2003) e a campanha de entrega voluntária de armas (2004) podem ter contribuído para a redução da mortalidade por arma de fogo no Brasil. O número de óbitos caiu em 18 estados e, em 2004, houve uma queda de 8,2% em relação ao ano anterior.

De acordo com dados da SENASP, os cinco estados com as maiores taxas de recolhimento de armas estão todos acima da média nacional, que é de aproximadamente 134 armas para cada 100mil habitantes. São eles: Sergipe (460,2), Distrito Federal (258,4), Santa Catarina (204,6), Mato Grosso do Sul (203,8) e Rio de Janeiro (193,2).

Respondidas estas questões preliminares gostaria de apresentar algumas informações sobre a participação do Rio de Janeiro nessa ação nacional de controle sobre as armas de fogo. O Estado foi o pioneiro na campanha pelo desarmamento. Em março de 1999, o Governo do Estado lançou, em parceria com a sociedade civil, a campanha “Rio, abaixe essa arma”, com o objetivo de deflagrar diversos tipos de ação, tanto policiais, quanto de conscientização, para combater a violência armada no Estado. Ainda naquele ano, foi

sancionada uma lei estadual que proibia a venda de armas no Rio de Janeiro. Foi impetrado recurso, pelos comerciantes de armas, alegando a inconstitucionalidade da lei por tratar de matéria de competência da União. Apesar da argumentação ter sido acolhida pela Justiça, um dos objetivos da lei – abrir um debate nacional sobre o controle de armas – foi alcançado, com outros Estados tomando iniciativas semelhantes. O resultado foi o envio de mensagem do Executivo Federal ao Congresso proibindo a venda de armas.

O Rio de Janeiro também se antecipou em relação a premiação para a devolução voluntária de armas de fogo. O Instituto de Segurança Pública (ISP) ficou encarregado do processo de pagamento de recompensas aos cidadãos que devolvessem suas armas voluntariamente, bem como aos policiais que apreendessem armas de fogo. Atualmente, o ISP formaliza os processos de gratificação a policiais que apresentarem armas de fogo nas delegacias⁷. As armas apreendidas por policiais durante as suas ações são encaminhadas ao Instituto de Criminalística Carlos Éboli, para serem periciadas, em seguida, são encaminhadas para destruição. A perícia das armas devolvidas reduz as possibilidades de destruição de provas de cometimento de crimes. Os cidadãos que entregam suas armas nas delegacias policiais recebem a recompensa financeira paga pela Polícia Federal⁸, de acordo com convênio firmado entre os governos estadual e federal.

Além do fato do Rio de Janeiro apresentar altas taxas de devoluções voluntárias de armas de fogo (193,2), gostaria de destacar um outro aspecto importante: as ações desenvolvidas que resultaram em retirada de armas das mãos de criminosos.

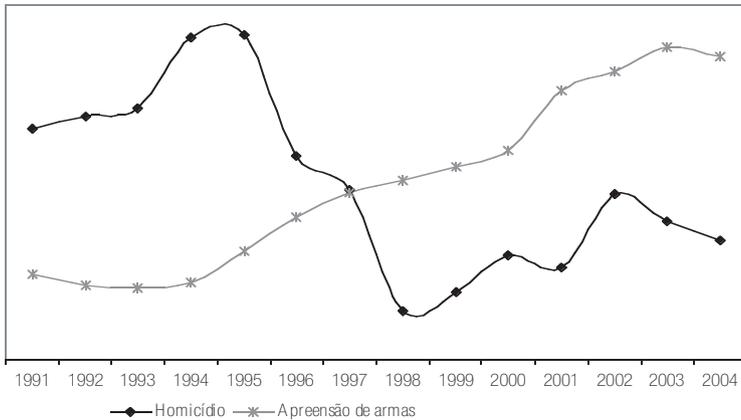
Se nos anos 90 assistíamos a uma elevação considerável do número de homicídios praticados com armas de fogo, havia um

7 A regulamentação da Lei 4.365 foi publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro no dia 18 de julho de 2004.

8 Decreto nº 36.113, publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro nº 160.

baixo número de apreensões dessas armas. Segundo análises realizadas no ISP, quando observamos intervalos de anos inteiros, percebe-se que quando cresce o número de armas apreendidas decresce a lesão seguida de morte e o homicídio. Assim, a partir de 1996 assistimos a um aumento das apreensões de armas no estado, seguido de uma redução do número de homicídios dolosos, conforme o gráfico abaixo, que embora esteja alto, mantém-se inferior ao dos anos 90.

*Homicídios Dolosos x Apreensões de Armas de Fogo
Total Anual*

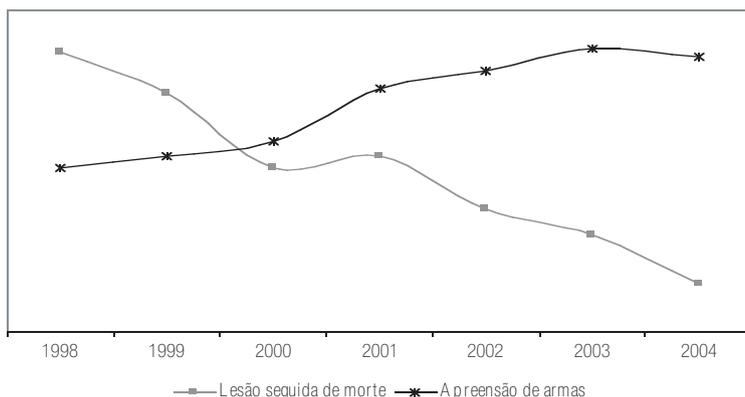


2004 em relação a 1995 (total anual – nº abs):
 Apreensão de armas: +196%
 Homicídio doloso: -23,7%

Fonte: ASPLAN e GEPDL
 Trabalhados pelo NuPESP/ISP

Conforme o gráfico a seguir que exhibe os dados de lesões seguidas de morte, com utilização de armas de fogo, no período de 1998 a 2004. Podemos constatar que à medida em que ocorre um aumento das apreensões de armas, há uma diminuição considerável deste tipo de lesão.

Lesões Seguidas de Morte x Apreensões de Armas Total Anual



2004 em relação a 1998 (total anual – nº abs):

Apreensão de armas: +72%

Lesão seguida de morte: - 67%

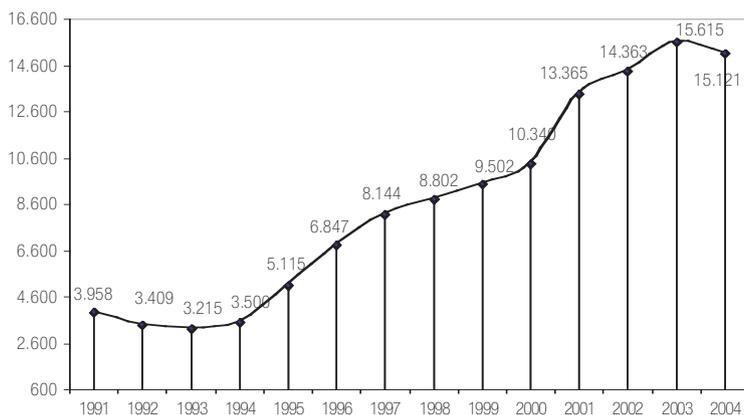
Fonte: ASPLAN e GEPDL

Trabalhados pelo NuPESP/ISP

Os gráficos acima evidenciam os esforços desenvolvidos no Rio de Janeiro para o desarmamento da população, em especial daqueles que utilizam ilegalmente as armas de fogo para a prática de crimes diversos.

Como podemos observar no gráfico abaixo, há um incremento no número de armas apreendidas em ações policiais, passando de 3.215 armas em 1993 para 15.615 armas em 2003 (um aumento de aproximadamente de 485 %). O decréscimo de apreensões entre 2003 e 2004 (494 armas a menos) pode ter sido influenciado por diversos fatores, inclusive pela campanha de desarmamento, a partir de 19 de julho de 2004.

*Total anual de apreensão de armas no Rio de Janeiro –
1999 e 2004*



Fonte: ASPLAN e GEPDL
Trabalhados pelo NuPESP/ISP

Ao concluir o presente trabalho gostaria de retomar algumas questões levantadas ao longo do texto. O referendo sobre a proibição da comercialização de armas de fogo e munições no país é uma questão política que envolve um grande conflito de interesses e que coloca em oposição blocos suprapartidários. Está estabelecida uma disputa entre a violência armada e o sentimento de insegurança. Segundo o ex-ministro Raul Jungmann, “o país vive hoje uma cultura do medo. A campanha e o referendo a favor do desarmamento são o primeiro grande passo para resgatar o controle sobre a violência”⁹. O referendo passa a ser tratado, no plano simbólico, como a possibilidade de construção de uma sociedade de paz ou de sua negação. Essa atitude maniqueísta pode impedir a

9 Desarmamento: campanha começa já: Frente Por Um Brasil Sem Armas fará showmício no Rio de Janeiro no próximo mês. *O Globo*. Rio de Janeiro, 30 de jul. 2005, p. 16.

construção de uma paz a médio prazo, através de um processo gradativo de desarmamento.

Olhando a proibição da comercialização das armas de fogo sob a ótica do Estado e da indústria bélica, observamos que a inexistência de um mercado pode afastar a iniciativa privada desse setor. Assim, as armas necessárias às Forças Armadas, polícias e empresas de vigilância privada, podem vir a ser fabricadas exclusivamente pela empresa estatal (IMBEL) ou então serem importadas. Neste caso, pode ocorrer um aumento da dependência do país em relação a processos produtivos, financiamentos e autorizações de sistemas de defesa estrangeiros.

Outro aspecto que gostaria de destacar é a necessidade de reduzir o tráfico de armas e de munições para o país e dentro dele. Se a Polícia Federal tem conseguido resultados expressivos no combate ao tráfico de drogas e à corrupção, há de se estimular ações mais efetivas no combate ao tráfico de armas. Segundo o Instituto “Sou da Paz”, de São Paulo, uma das principais fontes de abastecimento dos criminosos são as exportações de armas do Brasil para os países vizinhos, de onde elas voltam ilegalmente. Além dessa entrada ilegal, há desvios de armas e munições de organizações militares, policiais e de empresas de vigilância privada. O endurecimento em relação a esse tráfico interno também pode auxiliar na redução da violência.

O aumento do poderio bélico de criminosos ensejou uma mudança nos tipos de armas usadas pela Polícia, em especial no Rio de Janeiro. Os acidentes por armas de fogo, cujas vítimas foram os próprios policiais, passaram a ter um novo perfil. Em 2003, segundo dados da Polícia Militar do Rio de Janeiro, dos 45 policiais acidentados por arma de fogo, 76,18% foram vítimas de disparos acidentais de fuzis e pistolas, sendo a maior parte deles em serviço (62,22%). Este fato aponta para a necessidade de desenvolver um programa de habilitação dos policiais para o uso das novas armas, com verificações periódicas de seus desempenhos. É imprescindível que sejam desenvolvidos e avaliados tanto a precisão dos disparos,

quanto a oportunidade de efetuá-los. Acredito que esse programa pode contribuir para a redução de vítimas nos confrontos entre policiais e criminosos, as chamadas “balas perdidas”.

Em relação ao desarmamento, observo a utilização de diferentes estratégias. Em relação a pessoas que têm a posse legal das armas estimula-se a devolução voluntária através de campanhas de conscientização associadas a recompensas financeiras. Essas ações acabam afetando significativamente os homicídios de proximidade, onde vítima e agressor se conhecem ou mantêm vínculos de convivência. No caso das apreensões de armas pelas polícias, há um estímulo através de recompensas financeiras associado a ações das Corregedorias das Polícias na apuração e punição de desvios de conduta. As apreensões afetam principalmente os homicídios onde não há relação entre criminosos e vítima, como no caso dos crimes ligados ao tráfico de drogas. Os dados analisados no Rio de Janeiro apontam para uma relação entre a apreensão de armas e a registros de homicídios dolosos e lesões seguidas de morte, ambos praticados com armas de fogo. Em relação às ações de controle sobre os desvios de conduta de policiais, cabe destacar as Operações “Navalha na Carne” (que resultou na prisão de cerca de 200 policiais, civis e militares) e “Java” que foi responsável pela prisão de policiais que desviavam armas e munições que deveriam estar sob a guarda do Estado.

Desta forma, se desejamos reduzir as armas nas mãos de criminosos, é interessante o desenvolvimento de uma campanha articulada com a sociedade civil, através de serviços como o Disque-Denúncia, para estimular a população a informar os locais usados pelos grupos criminosos para guardar suas armas, aumentando assim a eficácia das ações policiais que visem a apreensão de armas. Outra ação interessante é o estabelecimento paulatino de “áreas livres das armas”, onde a fiscalização seria intensificada.

No meu entendimento, as ações concretas de retirada de armas da população devem ser reforçadas na sua dimensão simbólica, através da desqualificação e estigmatização daqueles que usam armas ilegalmente.

Finalizando, acredito que o desarmamento não se constitui por si só numa solução mágica em relação a redução da violência, mas pode contribuir para tal.

Viva Rio, Viva Brasil – uma perspectiva sul-africana

O referendo sobre armas no Brasil de outubro de 2005

TERRY CRAWFORD BROWNE

“Viva” é uma das aclamações de democracia na África do Sul. Eu vos saúdo: “Viva o povo do Brasil, viva”.

A resposta ao viva na África do Sul é *amandla*, que significa “poder para o povo”.

O mundo celebrou conosco quando superamos o regime do apartheid. Nossa transição foi saudada como um milagre político. Uma ditadura que possuía armas nucleares e todo tipo de parafernália militar não conseguiu resistir às exigências populares de uma sociedade democrática e não-racial. O confronto militar teria sido suicida e ineficaz. A libertação da África do Sul foi essencialmente o resultado de estratégias não-violentas.

O arcebispo Desmond Tutu declarou: “Marchamos pela paz na Cidade do Cabo e o muro de Berlim caiu”. No Brasil, vocês marcharam no Rio e em outras cidades gritando *basta* – chega de violência e armas!

A África do Sul era e continua a ser uma sociedade estruturalmente violenta, graças, em boa parte, a políticas governamentais deliberadas. O governo do apartheid estimulava a propriedade de armas entre os brancos, mas a proibia entre os negros. Quando as proibições

raciais foram suspensas, o lobby das armas espalhou a propaganda de que as armas eram a única proteção eficaz contra o crime.

Nossas taxas de homicídios e estupros estão entre as mais altas do mundo. Nossa taxa de desemprego está acima de 40% e estima-se que seis milhões de sul-africanos (15% da população) morrerá de doenças relacionadas à Aids até o ano 2010. Vocês têm razão de ficar estarecidos com a informação de que 40 mil brasileiros são mortos todos os anos por armas de fogo. Na África do Sul, são 28 mil pessoas, mas temos apenas um quarto da população do Brasil.

Nós competimos com o Brasil pela infeliz distinção de ser a sociedade mais desigual do planeta. O abismo entre ricos e pobres ameaça a democracia da qual sentimos orgulho e pela qual lutamos durante tanto tempo. Os subúrbios ricos da Cidade do Cabo são tão afluentes como os que se encontram em qualquer lugar do mundo. Khayelitsha, a poucos quilômetros de distância, é um testemunho terrível da miséria e da degradação humana.

Os ricos se entrincheiram; os pobres sobrevivem como podem. As prisões estão transbordando muito acima de suas capacidades e se tornaram escolas de criminosos. Os gângsteres controlam as cadeias e nelas, o uso de drogas é disseminado. Drogas e armas compõem uma combinação letal em todas as comunidades, mas especialmente entre os pobres. As crianças são apanhadas no fogo cruzado da guerra entre gangues. Como dizer a uma mãe que a bala que matou seu filho garante o emprego de outra pessoa?

Durante os anos 80, o Brasil vendeu armamentos ao Iraque de Saddam Hussein. O mesmo fez a África do Sul. Dizia-se que a indústria de armamentos era a vanguarda da tecnologia moderna e do desenvolvimento econômico. Em todos os países, a indústria de armas é altamente subsidiada e os governos estão pesadamente envolvidos na proliferação de armas.

A África do Sul ainda exporta armamentos para a Índia e o Paquistão, para a Argélia e para a Colômbia. Ainda exportamos para o Congo, onde quatro milhões de pessoas morreram desde 1998 naquilo que é chamado de “Primeira Guerra Mundial da África”.

Quanto mais suja a guerra, maior a probabilidade de que as armas sul-africanas estejam presentes.

A África do Sul está envolvida na indústria de armas como exportadora e como importadora. Um relatório recente da Anistia Internacional conclui que os países do G8 são responsáveis por 84% do comércio mundial de armas.

Depois de 1994, os políticos europeus acorreram à África do Sul para prestar homenagens à nossa nova democracia com uma das mãos e oferecer armas com a outra. As necessidades dos sul-africanos foram consideradas irrelevantes, assim como o fato de que não há ameaça militar externa concebível ao país.

Alemanha e França compartilhariam contratos de navios de guerra. Inglaterra e Suécia dividiriam os contratos de aviões de guerra. A Itália forneceria helicópteros. Tony Blair, Jacques Chirac e outros exerceram fortes pressões sobre nosso governo para comprar armamentos que eram caros e inadequados às necessidades sul-africanas.

A questão é por que nosso governo, e o presidente Thabo Mbeki em particular, sucumbiu a essa pressão. A “transação das armas” tornou-se o “watergate” da África do Sul, e as tentativas do governo de acobertar foram piores do que o crime original.

Um recente caso judiciário confirmou que a Thomson CSE, uma indústria de armas controlada pelo governo francês, conspirou para subornar o vice-presidente e assim, para subverter nossa democracia. O vice-presidente foi defenestrado e agora enfrenta acusações de corrupção.

Os escândalos de corrupção na Inglaterra e na França confirmam que os partidos políticos europeus são financiados com propinas da indústria bélica. Quando, em 1998 e 1999, pedimos ao governo britânico para investigar alegações de corrupção, ficamos sabendo que, na Inglaterra, não é crime subornar estrangeiros.

No início deste ano, um ministro do governo britânico admitiu finalmente que eram pagas propinas para a exportação de aviões de guerra, mas afirmou que estavam “dentro de limites aceitáveis”.

Acreditamos que os subornos chegaram a cerca de 200 milhões de dólares. Estamos aprendendo também que a corrupção no terceiro mundo se origina com frequência no primeiro mundo, e que, em última análise, os pobres são as vítimas.

Os Estados Unidos gastam anualmente 500 bilhões de dólares em armamentos e com suas forças militares. Trata-se de uma sociedade altamente militarizada e violenta, como mostram as estatísticas prisionais, as piores do mundo. Nos EUA, em cada cem mil pessoas, 715 estão na prisão, em comparação com 402 na África do Sul e “apenas” 169 no Brasil.

O Brasil sofre imensa pressão dos americanos e europeus para comprar novos aviões de guerra e outros armamentos. Tais gastos desviam necessariamente os recursos públicos destinados ao alívio da pobreza. Os governos defendem a necessidade e o direito de usar a violência para proteger a soberania nacional. Essa cultura da violência penetra e se dissemina na sociedade.

Por que, devemos perguntar, os governos podem reivindicar o uso da violência para resolver conflitos e depois negar aos indivíduos direito semelhante? O que dá aos governos dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha o direito de usar a violência no Iraque, mas de negar aos indivíduos o direito de retaliar? Não devemos exigir dos governos o mesmo padrão ou um mais alto?

Como disse Mahatma Gandhi: “Olho por olho, e no fim ficamos todos cegos”.

Os Economistas Aliados pela Redução de Armas – África do Sul (ECAAR-SA) lideraram a oposição da sociedade civil à “transação das armas”. A ECAAR é uma ONG internacional criada nos Estados Unidos em 1988 e que agora tem afiliados em catorze países. Há dez ganhadores do prêmio Nobel em seu conselho de curadores. Nosso propósito comum é a análise econômica objetiva e a ação apropriada para que os conflitos possam ser resolvidos sem recurso à guerra.

Isso se aplica a guerras entre países, ou guerras entre gangues. A luta armada, falando apenas do ponto de vista econômico, cons-

titui um mau uso terrível de recursos públicos que deveriam ser usados para a melhoria das condições de vida da população. Na Constituição da África do Sul, a seção que estabelece o princípio governante quanto à segurança nacional declara:

A segurança nacional deve refletir a decisão dos sul-africanos, como indivíduos e como nação, de viver como iguais, de viver em paz e harmonia, de ser livre do medo e da necessidade e de buscar uma vida melhor.

Trata-se de um compromisso constitucional de priorizar a segurança humana antes da segurança militar e do recurso às armas. A segurança humana é um conceito relativamente novo, surgido depois do final da Guerra Fria entre os Estados Unidos e a União Soviética. Calcula-se que os EUA despenderam 5,5 trilhões de dólares apenas em armas nucleares que poderiam (e ainda podem) destruir a humanidade. A insensatez do complexo militar-industrial americano esteve durante 45 anos preparada para matar todos os seres humanos da terra para salvar o mundo do comunismo.

Os gastos militares são também dinheiro que poderia ter erradicado a pobreza do planeta. A segurança humana é definida como:

- Liberdade do medo
- Liberdade da necessidade
- Liberdade de agir em defesa própria

É a interação de administração de conflitos, desenvolvimento econômico e direitos humanos. A indústria bélica baseia-se na criação de medo entre países e entre pessoas. O medo é a emoção humana mais irracional. Como declarou o presidente Franklin Roosevelt: “Não temos nada a temer, exceto o próprio temor”. Sem medo, não há motivo para possuir uma arma ou causar medo nos outros. Paradoxalmente, o medo aumenta tremendamente com a posse de uma arma de fogo.

Segurança humana significa que os gastos dos governos com armamentos deveriam ir para educação, saúde, habitação, prevenção do crime e meio ambiente. Em um país como a África do Sul, com 40% de desemprego, a segurança humana se expressa em EMPREGOS, EMPREGOS, EMPREGOS.

Hoje, as pessoas promovem tumultos em toda a África do Sul porque o governo não cumpriu as expectativas de que nossa democracia levaria a uma vida melhor para todos. Infelizmente, os compromissos constitucionais com a melhoria social não foram postos em prática. A distância entre ricos e pobres é ainda maior hoje do que na época do apartheid.

A primeira grande compra do novo governo, assim que assumiu, foi de armamentos da Europa para defender a África do Sul de um inimigo externo inexistente. Até os militares admitem que não há uma ameaça militar externa concebível para justificar esse gasto com armas.

Os interesses adquiridos da indústria bélica internacional são fortíssimos. Seu dinheiro financia partidos políticos. O que foi gasto com três submarinos fornecidos pelos alemães poderia substituir 250 mil barracos da Cidade do Cabo por casas e poderia ter criado cerca de 175 mil empregos na indústria da construção e de seus materiais.

Em vez de construir casas e erradicar a pobreza, a África do Sul está comprando navios e aviões de guerra que até o *establishment* militar disse que eram caros demais e inadequados às necessidades do país. Nosso governo está agora mergulhado numa crise constitucional graças ao negócio das armas. As pessoas estão cobrando responsabilidade do governo.

No século XX, a Europa foi devastada por duas guerras mundiais. As indústrias bélicas venderam armas para Alemanha, França e Inglaterra. O modo de ganhar dinheiro nessa indústria, se dizia, é vender armas para os dois lados e depois criar conflito onde ele não existe.

No século XXI, essa mesma indústria está tentando criar guerras nos países do “terceiro mundo”. Há até uma dimensão racial envolvida nas armas feitas no primeiro mundo para matar gente no

terceiro mundo. Essa indústria bélica está fora de controle, internacional e nacionalmente, bem como no nível individual. É um negócio desprezível, voltado para matar gente por lucro.

É imperativo que os povos do Sul se unam para pôr um fim a esse negócio sujo. O lobby das armas americano nos diz: “Quando as armas forem postas fora da lei, só os fora-da-lei terão armas”. SIM. A indústria americana do tabaco vicia nossos filhos em cigarros, causando câncer do pulmão e outros problemas de saúde. Assim como fumar cigarros não é mais “legal”, também andar armado não é mais “legal”. Carregar uma arma é um sinal de desvio social. Somente bandidos andam armados. Por que alguém que não é bandido precisaria de uma arma?

Fumar não é mais socialmente aceitável. Não se pode fumar num restaurante, no avião, em cinemas ou prédios públicos. As pessoas que fumam cigarros são desviantes sociais. O mesmo vale cada vez mais para as pessoas que andam armadas. Escolas, igrejas e outros lugares trazem placas: “Esta é uma zona livre de armas”. Armas, assim como as pessoas que as carregam, não são bem-vindas.

Quando vamos à igreja e comungamos, temos o direito perante Deus de saber com certeza que a pessoa ao nosso lado não porta uma arma em seu bolso.

Na África do Sul, neste ano, tivemos um período de anistia até 30 de junho para entregar armas. Cerca de cem mil foram entregues. As pessoas que assim fizeram dizem: “que alívio!”. Que alívio, dizem as pessoas, saber que sua arma não vai matar alguém. Ou, que não será roubada e usada para matá-las.

Os gângsteres matam muitos policiais fora de serviço para obter armas. As armas não protegem nem mesmo policiais treinados para usá-las, mas os tornam mais vulneráveis aos ataques. Assim, até a Polícia está agora a favor do controle das armas. Na África do Sul, temos também a história de homens que perdem seus empregos, matam toda a família e depois se suicidam.

A Lei de Controle das Armas de Fogo dificulta a posse delas pelos indivíduos. As lojas de armas estão fechando porque é cada

vez mais difícil obter licença para porte de arma. Na África do Sul, estamos seguindo o exemplo do Brasil. Ainda estamos alguns anos atrás de vocês.

As ditaduras do Brasil e da África do Sul gastaram enormes quantias de dinheiro público nos anos 80 para desenvolver indústrias bélicas. Não se cansam de nos repetir que essas indústrias criam empregos e trazem divisas para o país. Isso é absurdo. A indústria bélica é capital-intensiva, não de mão-de-obra intensiva. Quase qualquer outro investimento criaria mais empregos. A indústria de armas é fortemente subsidiada e esses subsídios significam que há menos dinheiro público disponível para educação, habitação e saúde.

Isso significa que as divisões entre ricos e pobres ficam piores e há cada vez mais medo na sociedade entre os que têm e os que não têm.

A ECAAR-AS liderou a oposição da sociedade civil contra a transação das armas. Uma recente pesquisa de opinião pública concluiu que 85% dos sul-africanos querem uma investigação sobre esse negócio. Quando mais o governo tenta encobrir o escândalo, maior ele fica. O ex-vice-presidente foi agora acusado de corrupção, mas ele está servindo de bode expiatório para desviar a atenção do presidente Mbeki e de seus colegas de gabinete.

Há dez anos, com a igreja anglicana e o arcebispo Tutu, pedimos o fechamento da indústria bélica da África do Sul e sua conversão para fins pacíficos. Trata-se de uma indústria que não faz sentido econômico.

Na Cidade do Cabo estamos também em campanha para fechar uma fábrica de munição, de propriedade do Estado. Essa fábrica faz granadas e gás lacrimogêneo, e 87% de sua produção é exportada. Localiza-se no meio de um milhão de pessoas. Os negros de Khayelitsha estão de um lado. Os mestiços de Mitchell's Plain estão do outro.

Na época do apartheid, ninguém questionava a indústria bélica. A segurança nacional era “top secret”. Constituía traição até fa-

lar sobre ela. Até mesmo a prefeitura de Cidade do Cabo não fazia perguntas. Era como se houvesse um vazio no mapa.

Os trabalhadores e moradores do local agora se perguntam porque estão sempre doentes. Os ex-operários apresentam uma alta e anormal incidência de doenças cardíacas e câncer, mas a indústria ainda se recusa a admitir responsabilidade. Os moradores locais apresentam altas taxas de asma. E os professores acreditam que seus alunos são mentalmente lentos porque ingerem a poluição química da fábrica de armas desde que nasceram.

As leis ambientais da África do Sul são fracas. A indústria bélica está agora à beira da falência, então proporciona uma oportunidade para que a sociedade civil exija responsabilidade, e para insistir que não se gaste mais dinheiro público no apoio a uma indústria cujo objetivo é matar pessoas.

Ainda não sabemos se a contaminação química também atingiu o fornecimento de água, e se está presente nos alimentos que comemos. No momento, fazemos testes com a Faculdade de Saúde da Universidade da Cidade do Cabo, mas a fábrica de armas raramente coopera e mente com frequência. Contratamos advogados. Esperamos que logo obteremos o acordo do governo para fechar a fábrica e depois financiar sua descontaminação.

Se assim for, teremos de cuidar da contaminação dessa fábrica, além de outra do mesmo tipo, que fica a quinze quilômetros de distância. A empresa diz agora que está falida e não pode pagar pela limpeza.

Acreditamos que a segunda fábrica é o lugar onde Israel e a África do Sul do apartheid realizaram, nos anos 70 e 80, pesquisas sobre o uso de urânio exaurido. Esse material é usado para endurecer a munição da artilharia. Foi usado pelos americanos em 1991 e 2003, nas duas guerras contra o Iraque, bem como nos Bálcãs.

Mais de 250 mil soldados americanos reclamam agora dos efeitos da Síndrome da Guerra do Golfo. As autoridades de saúde do Iraque relatam um enorme aumento do número de bebês deformados. Em todos os níveis, a indústria bélica é uma atividade fora de

controle que mata gente por lucro, mas deixa para a sociedade suas conseqüências. Famílias são destruídas. Orçamentos da saúde são desperdiçados pelos enormes custos do tratamento de ferimentos à bala.

Nós, o povo, temos o direito de dizer: basta. Nós, da África do Sul, saudamos o povo do Brasil pelo exemplo que está dando com o referendo de outubro.

Viva Rio, viva Brasil – Amandla

Campanhas locais e de base: lições aprendidas com a experiência australiana

REBECCA PETERS

Em 23 de outubro de 2005, os brasileiros terão uma oportunidade histórica de enfrentar a violência armada que mata mais de 39 mil pessoas por ano no país. O primeiro referendo nacional a ser realizado no Brasil decidirá pela proibição ou não do comércio de armas de fogo. Será um passo ousado e o Brasil estará entrando para o pequeno grupo de países que reúne Canadá e Austrália e alguns outros, que implementaram recentemente grandes reformas em suas legislações sobre armas.

Em 1997, a Austrália empreendeu um dos mais dramáticos esforços de desarmamento nacional do mundo: uma rápida e ampla revisão de suas leis sobre armas, acompanhada de uma campanha de desarmamento com indenização pelo Estado que levou à entrega e destruição de mais de 640 mil armas. Os resultados logo ficaram patentes: em 2002, a taxa de mortalidade por armas de fogo (homicídios, suicídios e acidentes) caiu em 28%.

As reformas aconteceram depois de uma década de campanhas realizadas por ativistas do setor de saúde pública, mulheres e grupos religiosos. Porém, o catalizador imediato da mudança foi uma tragédia terrível em que 35 pessoas foram mortas a tiro, em 28 de abril de 1996.

As armas de fogo na Austrália

A Austrália foi um “país de fronteira”, com uma bem estabelecida cultura da arma de fogo. O número total de armas em mãos dos cidadãos australianos no início de 1996 foi estimado em torno de quatro milhões. Pouco mais de um milhão de pessoas tinha porte de arma, ao lado de um número desconhecido de donos sem licença (portanto, ilegais). Com uma população de 18 milhões, a Austrália tinha uma arma de fogo para cada 4,5 habitantes. A densidade dessa propriedade variava no país: no estado de Victoria, onde se pratica a caça ao pato, um em cada nove habitantes tinha porte de arma, enquanto que no Território da Capital Federal era de um em cem.

As pessoas têm armas principalmente por esporte, para caça recreativa e para uso em fazendas. A vasta maioria das armas é importada, inclusive dezenas de milhares que sobraram da Guerra do Vietnã. A Austrália é um importante fornecedor de armas para outras nações do Pacífico, tanto em assistência militar como em transações ilegais, como a troca de armas por maconha entre o norte do país e Papua Nova Guiné.

Cada estado e território tem suas próprias leis sobre armas e, no início de 1996, essas leis variavam muito entre as oito jurisdições. Armas de fogo que eram banidas em alguns estados eram vendidas legalmente em outros; alguns estados exigiam o registro de todas as armas, enquanto outros não apresentavam essa exigência. Felizmente, um elemento importante era consistente em todo o país, a saber, a regulamentação relativamente restrita dos revólveres. Todos os estados e territórios limitavam essas armas a membros de clubes de pistola e guardas de segurança, e todos exigiam que a propriedade e a transferência desse tipo de arma fossem registradas na polícia. Em consequência dessa restrição, havia somente 200 mil revólveres nas mãos de particulares, cerca de 5% do estoque de armas da Austrália. Isso contrasta com a situação do estado do Rio de Janeiro, onde os revólveres constituem cerca de 80% de todas as armas legais e ilegais.

A violência armada na Austrália

Antes da reforma das leis, as mortes por armas de fogo na Austrália estavam, em média, um pouco acima de seiscentas por ano. Em 1996, essas mortes foram 523, representando uma taxa de 2,5 por 100 mil pessoas. Em 2002, o número de mortes por armas de fogo foi de 299, uma taxa de 1,5 por 100 mil.

Como em muitos outros países desenvolvidos, cerca de três quartos das mortes causadas por armas de fogo são suicídios. Essas armas estão envolvidas em cerca de 16% dos homicídios, mas em torno de 20% de assassinatos familiares. Elas constituem as armas preferidas em incidentes homicidas com múltiplas vítimas.

Do ponto de vista de países como o Brasil, nossa mortalidade por arma de fogo era baixa. Porém, com tantas mortes sendo aparentemente impulsivas e afetadas por fatores situacionais, a saúde pública e os setores jurídicos acreditavam que a redução do acesso às armas salvaria vidas, reduzindo as chances de uma tentativa de suicídio ou de ataque que resultasse em morte. Além disso, havia uma preocupação crescente com o mau uso não fatal de armas de fogo, na violência doméstica e nos assaltos à mão armada.

Desde meados da década de 1980, numerosos homicídios em massa na Austrália estimularam uma campanha cada vez mais forte a favor de leis mais rigorosas do controle de armas. Essa campanha teve um sucesso limitado, com avanços gradativos em certos estados e territórios, até o massacre de Port Arthur, em 1996.

O massacre de Port Arthur

Em 28 de abril de 1996, um homem armado com dois rifles semi-automáticos de uso militar matou 35 pessoas em Port Arthur, o local histórico da Tasmânia, um dos pontos turísticos mais populares do país. Outras dezenove pessoas ficaram gravemente feridas no ataque. A maioria das vítimas era de turistas australianos e estrangeiros; alguns eram moradores e trabalhadores do local. As ar-

mas usadas no ataque estavam legalmente disponíveis na Tasmânia, mas eram proibidas na maioria dos estados australianos.

Foi o maior massacre praticado por uma única pessoa registrado no mundo e desencadeou uma explosão de ira, dor e ultraje públicos; a nação exigiu que as leis sobre armas de fogo fossem modificadas. Em reação à pressão pública, o primeiro-ministro convocou os secretários de segurança dos estados e territórios e lhes apresentou um plano de leis rígidas e uniformes. Os secretários de segurança também perceberam o clima do país e, depois de algumas negociações, concordaram em transformar o plano em lei em todos os estados e territórios.

As novas leis sobre armas de fogo

As novas leis baseiam-se na óptica da saúde pública sobre prevenção de danos, tentando reduzir a preponderância geral da ameaça, em vez de simplesmente concentrar-se nas pessoas que já se envolveram num incidente causador de ferimento. Os principais princípios das leis são:

- A propriedade de armas de fogo não é um direito, mas um privilégio. A presunção é contra permitir que indivíduos possuam armas, a não ser que obedeçam a uma série de critérios positivos. Antes, a presunção era a oposta: praticamente todos os adultos podiam possuir armas, exceto se fossem desqualificados por uma grave ficha criminal.
- A venda e propriedade de todas as armas devem ser registradas num banco de dados nacional.
- Quem quiser comprar, ter ou usufruir de uma arma de fogo precisa provar que tem um motivo genuíno, como ser membro ativo de um clube de tiro. A “autodefesa” não é um motivo genuíno. A quantidade e o tipo de armas que podem ser adquiridas estão limitados ao que é razoavelmente exigido pelo motivo comprovado. Se as circunstâncias mudarem, de tal modo

que o motivo genuíno deixe de ser válido (por exemplo, deixar de participar ativamente de um clube de tiro), então o porte é cancelado e as armas devem ser entregues ou transferidas para alguém legalmente autorizado a possuí-las.

- A idade mínima para o porte ou a posse de armas é 18 anos.
- Os candidatos a novas licenças devem passar por um curso de treinamento em segurança no manuseio de armas e conhecimento das leis referentes a armas.
- Exame mais rigoroso dos candidatos ao porte de arma; pessoas envolvidas em violência doméstica estão proibidas de possuir armas durante cinco anos.
- A compra de cada arma requer um período de espera de 28 dias.
- As armas devem ser guardadas descarregadas em um armário fechado e a munição deve ser guardada em outro lugar. Elas só podem ser compradas e vendidas em comerciantes licenciados pela polícia, ou seja, não é mais possível comprar pelo correio ou de terceiros.
- Rifles e espingardas de caça de carregamento automático (semi-automáticas e tipo *pump action*) estão proibidos, exceto para aqueles raros fazendeiros e atiradores profissionais que possam provar que têm uma necessidade genuína dessas armas.

O aspecto mais divulgado das novas leis foi a campanha de entrega de armas de carregamento automático proibidas. Os donos tinham doze meses para entregar essas armas em troca de uma generosa indenização, financiada por um leve aumento no seguro nacional de saúde. O incentivo financeiro foi apoiado por coerção: depois que terminasse o prazo, a posse dessas armas se tornaria crime sujeito a penalidades severas. Mais de 640 mil armas de carregamento automático foram entregues, assim como dezenas de milhares de armas de fogo não proibidas. Desse modo, em doze meses, quase um sexto do arsenal privado do país foi destruído. Foi o maior programa de destruição de armas civis já realizado no planeta.

A oposição ao controle das armas

A Austrália tem um lobby militante pró-armas bem financiado que lutou contra cada etapa da aprovação das novas leis. Antes de Port Arthur, durante muitos anos, o lobby das armas conseguira bloquear as reformas propostas ameaçando certos parlamentares cujos assentos eram mantidos por uma margem muito pequena. A maioria dos donos de armas não se opunha a leis mais rígidas, mas os líderes do lobby das armas podiam contar com um pequeno número de extremistas que estavam preparados para basear seus votos inteiramente nessa questão, afetando potencialmente o resultado de uma eleição para um assento menos importante. Assim, apesar de parlamentares dos dois maiores partidos reconhecerem em privado a necessidade de uma reforma substancial, nenhum dos partidos estava preparado para tomar a iniciativa. Os defensores do controle das armas tentaram durante muito tempo persuadir os dois partidos a propor simultaneamente leis mais rígidas, mas a natureza altamente antagonista da política australiana impediu que isso ocorresse antes de 1996.

A ruptura depois de Port Arthur veio com a disposição do novo primeiro-ministro conservador de defender leis mais duras e seu convite à oposição para que assumissem uma posição conjunta. A sólida política bipartidária deu suporte a parlamentares de todos os partidos, nos níveis federal e estadual, possibilitando-lhes apoiar as reformas sem temer que seus oponentes políticos viessem a usar essa questão contra eles nas eleições. Como observou um deputado: “Entramos na vida pública para tentar melhorar as coisas, mas então a política se atravessa no caminho. É bom ter uma chance de fazer o que é certo sem se preocupar com a política”.

O acordo nacional sobre controle de armas de fogo constituiu uma grande derrota para o lobby das armas, mas ele continuou a lutar contra as reformas. As comunidades rurais foram panfletadas com folhetos que acusavam as novas leis de ser o primeiro passo para a proibição total das armas; os funcionários públicos foram

importunados com uma inundação de cartas hostis semelhantes; formaram-se vários partidos políticos novos para representar os atiradores descontentes com os dois principais partidos. Nas semanas e meses posteriores ao acordo, longe dos holofotes da mídia da capital do país, políticos dos estados e territórios foram mais susceptíveis à pressão do lobby das armas. Quando cada jurisdição começou a traçar sua nova legislação, o lobby defendeu interpretações liberais dos princípios contidos no acordo nacional. Graças à vigilância constante e à defesa enérgica dos defensores locais do controle de armas, esses esforços para enfraquecer o projeto nacional fracassaram em geral.

Lições da campanha pelo controle de armas – uma coalizão ampla

A campanha da comunidade pelo controle de armas foi travada por uma grande rede de organizações comunitárias e profissionais: órgãos de saúde pública, sociedades médicas, grupos de mulheres, assistentes sociais que tratam de violência doméstica, grupos de apoio a vítimas, associações de cidadãos idosos, conselheiros rurais, organizações juvenis, grupos de pais, agências de prevenção do suicídio, associações e serviços jurídicos, grupos de direitos humanos, agências de ajuda ao desenvolvimento externo, igrejas, polícia e sindicatos. Os membros da campanha variavam ao longo de todo o espectro político: da Associação Rural das Mulheres ao Conselho pelas Liberdades Cívicas, da Associação das Viúvas de Guerra ao Projeto Antiviolença Gay & Lésbico.

Essa diversidade refletia a multiplicidade de perigos que as armas de fogo representam para a sociedade: alguns grupos estavam especialmente preocupados com as armas na violência doméstica e outros com o crime nas ruas; alguns, com suicídio de jovens, outros com ataques armados no trabalho, como uma questão de saúde e segurança ocupacional. Alguns grupos enfatizavam o dano à estabilidade e aos direitos humanos que a Austrália estava provocando ao

ser o maior fornecedor de armas da região do Pacífico. Todos esses grupos tinham em comum a convicção de que as armas de fogo são produtos inerentemente perigosos cuja proliferação e facilidade de acesso deveria ser controlada por leis rigorosas. Por mais úteis ou prazerosas que as armas possam ser para seus donos, os interesses da saúde pública, da segurança pública e humana devem prevalecer.

O tamanho e a amplitude da coalizão também reforçou o fato de que a reforma das leis sobre armas era uma preocupação de toda a sociedade e não uma manifestação restrita de um grupo especializado no assunto. Havia tempo que as pesquisas de opinião indicavam que a maioria avassaladora dos australianos apoiava leis uniformes mais rigorosas; contudo, a questão costumava ser apresentada pela mídia como um cabo-de-guerra entre ativistas fanáticos e o lobby das armas. A campanha após o massacre de Port Arthur sepultou a noção de que o controle de armas era uma questão sobre qual a opinião pública estava igualmente dividida. Nesse caso, ficou claro que a posição do lobby das armas era extremista, intransigente e perigosa.

Lições sobre o papel das vítimas

As testemunhas e os sobreviventes da violência armada e os parentes das vítimas desempenharam um papel fundamental na campanha. Falando com o coração e com a autoridade da experiência em primeira mão, eles destruíram qualquer ilusão de que a violência armada só acontece com “outras pessoas”. Em uma atmosfera volátil, com argumentos voando para todo lado, os sobreviventes também serviram de lembrete vivo de que não se tratava de uma luta relacionada com propriedade, ideologia ou lucro, mas com vidas humanas.

A humanidade e dignidade exibida pelos sobreviventes desempenharam um outro papel importante, ao ajudar a inspirar esperança. Os assassinatos de Port Arthur deixaram o país inteiro aturdido, nauseado e assustado. A feia exibição de beligerância armada dos lobistas das armas na televisão todas as noites só aumen-

tou o medo e as dúvidas que muitos australianos tinham sobre sua sociedade. Diante de tudo isso, e da própria devastação pessoal, a força extraordinária demonstrada por vários sobreviventes e testemunhas inspirou o resto do país enquanto lutávamos para deglutir o que havia acontecido. (O lobby das armas acrescentou o insulto à injúria ao acusar os sobreviventes que defendiam as novas leis de serem manipulados pelo movimento a favor do controle das armas.)

Lições sobre o papel da informação e pesquisa

Cada vez mais, a violência é reconhecida como uma questão de saúde pública, isto é, uma causa significativa de ferimentos, sofrimentos e mortes evitáveis. Em 1996, ano do massacre de Port Arthur, a Assembléia Mundial de Saúde declarou que a violência era um importante problema de saúde pública mundial e instou os países a desenvolver soluções baseadas na ciência para essa questão.

As novas leis sobre armas da Austrália são uma vitória para a saúde pública, enfocadas sem ambigüidades na prevenção, em vez de na punição dos infratores. As leis refletem o resultado das pesquisas sobre violência armada tal como realmente ocorre no país – ou seja, a maior categoria de homicídios é a doméstica e muitos assassinatos foram cometidos com armas adquiridas legalmente por homens que não estariam qualificados a possuir armas se lhes fossem exigido um motivo genuíno para sua posse.

Os fundamentos para as novas leis vieram das recomendações do Comitê Nacional sobre Violência, um grupo de especialistas que realizou uma pesquisa de dois anos sobre todos os aspectos da violência na Austrália. O relatório desse comitê foi divulgado em 1990 e os ativistas e especialistas haviam expressado desânimo diante da ausência de medidas que seguissem suas recomendações. Porém, o relatório não ficou simplesmente trancado na gaveta. Funcionários federais o utilizaram em deliberações e consultas ao longo dos anos e na esteira de Port Arthur, puderam agir rapidamente para esboçar um projeto de reforma das leis sobre armas.

Pesquisa e informação foram essenciais não somente para o conteúdo do novo projeto, como também para sua promoção. A comunidade da saúde pública enfatizava constantemente sua preocupação, não com a ideologia, mas com a prevenção de ferimentos. A campanha pelo controle das armas manteve um fluxo constante de informações para a mídia, os parlamentares, as organizações comunitárias e o público em geral – folhas de informações, cartas ao editor, entrevistas na imprensa sobre violência e lei. Essa campanha de informações começara muitos anos antes do massacre de Port Arthur e assim, em abril de 1996, a maioria dos australianos conhecia as falhas básicas das leis sobre armas: falta de uniformidade, falta de responsabilização, acesso fácil a rifles semi-automáticos.

Lições sobre o papel das ONGs

As organizações não-governamentais desempenharam um papel essencial na campanha pelo controle de armas na Austrália, tanto antes como depois da tragédia de Port Arthur. Devido à falta de acordo partidário antes do massacre, nenhum dos dois principais partidos promovia a reforma das leis sobre armas, embora a maioria dos parlamentares fosse pessoalmente favorável à ela. Desse modo, coube às organizações comunitárias apresentar a defesa de leis mais rígidas à sociedade e aos parlamentos.

Ao pressionar para que houvesse um posicionamento bipartidário em relação ao controle de armas – e sendo elas mesmas bipartidárias – as ONGs ajudaram a criar o clima para o acordo nacional. Em um estado, antes mesmo do pacto nacional, os ativistas do controle das armas mediarum um acordo bipartidário ao persuadir o governo e a oposição a subscrever uma lista básica de demandas.

As ONGs também foram a fonte principal de dados estatísticos e outras informações sobre violência armada, uma vez que os departamentos do governo tendiam a evitar essa área politicamente sensível. Com frequência, os políticos ou os diferentes departamentos dos governos tinham razões próprias para não querer

interagir diretamente uns com os outros; nesses casos, coube às ONGs transmitir as informações entre todas as partes interessadas.

Além disso, as ONGs propiciaram um ponto de contato visível para as vítimas, os sobreviventes e o público em geral que desejava expressar seus sentimentos ou oferecer seu apoio para afastar o país da cultura da arma de fogo. Ajudar a comunidade a se sentir segura de novo e participar do processo de mudança são partes importantes de nosso trabalho a favor de uma sociedade menos violenta.

Depois do acordo nacional sobre controle de armas (que incorporou a maioria das reformas da lista das ONGs), o papel dessas organizações passou a ser apoiar e monitorar o acordo. Nessa nova fase, em vez de fazer lobby junto aos governos, os militantes do controle de armas estavam ao lado deles, lembrando-os dos compromissos assumidos e os ajudando a “vender” as mudanças na comunidade. As ONGs também “entraram no fogo” quando os políticos, com medo de chamar a atenção do lobby das armas, se mostraram despreparados para enfrentar a mídia para explicar e defender as leis. Foram os ativistas da comunidade que responderam às perguntas dos programas de rádio (“Terei de entregar minha espingarda de caça?”) e falaram para escolas, igrejas e grupos profissionais sobre as grandes mudanças que haviam acontecido. Em uma ocasião famosa, o primeiro-ministro usou um colete a prova de balas sob o terno quando se dirigiu a uma reunião de pessoas opostas às novas leis; foi dito que era a primeira vez que essa precaução fora tomada na Austrália. Esse incidente mostrou o clima assustador que o lobby das armas havia criado; ao mesmo tempo, ilustrou apropriadamente a importância de limitar o acesso às armas.

Lições da indenização

A indenização pela entrega de armas na Austrália foi uma conquista extraordinária. Além de remover de circulação uma imensa quantidade de armas, teve várias vantagens em relação a alguns dos programas de entrega de armas realizados em outros lugares. A

indenização coincidiu com importantes mudanças legislativas, propiciando um incentivo para se ver livre de armas que estavam se tornando ilegais. A mudança das leis e a indenização aconteceram em todo o país ao mesmo tempo, de tal modo que a ação em uma jurisdição não pôde ser solapada por outra. Além disso, as armas recolhidas estavam banidas da importação e assim, todas as fontes de suprimento foram simultaneamente cortadas.

E o que é mais importante, as armas entregues foram destruídas, em vez de serem vendidas no país ou no exterior. (Em situações anteriores na Austrália, a destruição de armas entregues em troca de indenização não foi obrigatória e a polícia recuperou seus custos vendendo-as no mercado privado.) A exigência de destruição estava de acordo com a óptica de saúde pública, minimizando a disponibilidade do agente do dano, em vez de simplesmente redistribuí-lo. O governo australiano pensou por um momento em vender as armas entregues no exterior, mas mudou de idéia porque, como disse uma autoridade, “criaria um desastre para as relações exteriores se uma arma retirada de circulação na Austrália viesse a ser usada num tiroteio em país vizinho”.

O lobby das armas protestou veementemente contra a destruição, e também alegou que isso não reduziria a quantidade de armas na comunidade, pois os atiradores gastariam a indenização em novas armas para substituir as entregues. Porém, as mudanças concomitantes nas leis significaram que muitos que entregaram armas não teriam mais condições de comprar outras, e até aqueles que estariam qualificados a comprar, teriam de se satisfazer com armas menos poderosas, e em menor quantidade. Com efeito, os registros posteriores de compra de armas mostraram que para cada cem armas entregues, somente 8-10 foram substituídas. Assim, o efeito da entrega com indenização foi o de reduzir significativamente o estoque de armas privadas.

O lobby das armas também afirmou que os atiradores se recusariam a entregar as armas proibidas, ou obedecer às novas provisões legais, tais como registrar suas armas remanescentes. Talvez não consigamos jamais calcular quantas armas não estavam registradas

na época da indenização, mas os resultados demonstraram claramente que centenas de milhares de proprietários de armas estavam prontos para obedecer à proibição de armas de carregamento automático. Do mesmo modo, pesquisas realizadas pelo governo federal mostraram que a vasta maioria dos donos de armas conhecia, compreendia e aceitava as novas leis.

A indenização cobriu todas as armas longas de carregamento automático – rifles semi-automáticos, espingardas semi-automáticas e do tipo *pump action*. Ela não distinguia entre semi-automáticas “militares” e “civis” porque essa distinção é cada vez mais irrelevante. Como diz o lobby das armas, pode-se encontrar um uso civil para qualquer arma de fogo. Uma semi-automática militar pode ser usada para caçar – isso faz dela uma arma de caça? Os fabricantes de armas e os clubes de tiro dão um jeito para mudar o nome das armas e reinventar disciplinas de tiro, a fim de transformar armas “militares” em “esportivas”, sem diminuir a capacidade de tiro rápido. A proibição e indenização pela entrega de semi-automáticas na Austrália baseou-se corretamente nas características das armas, em vez de nas intenções hipotéticas dos donos potenciais.

Mudando a cultura

Uma das lições mais importantes aprendidas na Austrália foi que algo útil pode advir de uma tragédia inominável – ela pode fazer uma nação decidir mudar a direção em está avançando. Como disse o primeiro-ministro australiano, nosso país decidiu não tomar o caminho americano da cultura das armas de fogo.

Em abril de 1998, na 7ª Sessão da Comissão sobre Prevenção do Crime e Justiça Criminal da ONU, o representante da Austrália observou que as políticas sobre armas de fogo dos países estão “baseadas na formação histórica e cultural de cada um”. Porém, ele destacou que “aspectos da história e da cultura podem e são mudados ... não devemos ficar imutavelmente presos ao nosso passado”. A experiência australiana demonstrou que tal mudança é possível na área controversa do controle das armas de fogo.

O desarmamento começa por desarmar os corações

LEONEL NARVÁEZ GÓMEZ

A posse e o uso de armas por civis é provavelmente uma das demonstrações mais claras da carência de democracia dos povos. Mais grave é a carência dos povos que fabricam e comercializam essas armas e, pior ainda, a carência daqueles que usam as armas como se fossem o argumento mais forte para garantir a paz e a convivência cidadã.

O referendo que ocorrerá no final de outubro de 2005 constitui um chamamento para a consolidação das instituições democráticas e, em especial, da vontade de fortalecer a civilidade e a convivência, como elevadas expressões da democracia.

Proibir a venda e o uso das armas é, sem dúvida, um passo decisivo para o estabelecimento de condições para a paz dos povos e entre os povos. No entanto, é um passo insuficiente para consolidar o capital democrático das nações. Embora o desarmamento físico seja útil e necessário, a condição *sine qua non* para conseguir a sustentabilidade da paz é o *desarmamento dos corações*.

A posse e o uso de armas por civis é provavelmente uma das demonstrações mais claras da carência de democracia dos povos.

Além das estatísticas comprovarem claramente que as armas não são absolutamente uma forma de garantir segurança, procura-

mos defender aqui a tese de que a violência nasce no coração das pessoas, que é justamente onde deverão ser gerados os processos de paz.

Mencionarei inicialmente uma série de dados significativos sobre o uso das armas e, em seguida, passarei a oferecer comentários relacionados com os fatores básicos que geram violência nas pessoas e nas sociedades, para então propor a necessidade de promover processos de educação em perdão e reconciliação, para facilitar o abrandamento de raivas, rancores e desejos de vingança que, no fundo, são os autênticos geradores e multiplicadores da violência.

Alguns dados significativos

É crença comum que as armas de fogo são a causa da violência. A consequência perversa das armas é o seu efeito de multiplicar e escalonar a violência e, sobretudo, a morte. Pode-se dizer que a violência é uma epidemia e que as armas são o transmissor mais perigoso da doença. No relatório da UNESCO [*Mortes Matadas, 2005*], o Brasil figura como o país onde ocorrem mais mortes e assassinatos causados por armas de fogo em todo o mundo. No ano de 2003 morreram 39.284 brasileiros vítimas de armas de fogo. As estatísticas revelam 108 mortos e 53 feridos por dia. O porte e o uso indiscriminado de armas de fogo frequentemente levam conflitos banais a se converter em tragédias.

Alguns analistas equivocadamente acreditam que o perigo vem de fora, do ambiente em que as pessoas vivem e de agentes externos, como assaltantes e bandidos. Segundo investigações do FBI nos Estados Unidos, entre 1976 e 2002, apenas 15% dos homicídios de homens e 8% dos homicídios de mulheres foram cometidos por pessoas desconhecidas das vítimas.

Em São Paulo, em 46% dos casos de homicídio, ficou demonstrado que a vítima e o autor do crime eram conhecidos ou tinham relações de parentesco, vizinhança ou amizade [*NEVI/USP, 1996*]. No Rio de Janeiro, de cada três agressões com arma de fogo, uma é perpetrada por pessoa relacionada com a vítima. [*ISER, 1997*].

Diante dessa situação, podemos concluir que os crimes violentos não são cometidos apenas por banidos, mas também por “pessoas de bem” que, não tendo antecedentes criminais, simplesmente por uma falta de capacidade para controlar a raiva e os rancores, tornam-se assassinas por motivos banais. As armas de fogo transformam os conflitos mais corriqueiros em tragédias.

Fatores elementares da violência

Aquele que usa uma arma, o faz obedecendo a dois impulsos básicos. O primeiro é a raiva descontrolada ou o medo que o obriga a defender-se. O segundo é um desejo cultivado de vingança. A ocorrência desse segundo impulso é, de longe, a mais freqüente. Indubitavelmente, existem fatores objetivos que promovem a violência: a pobreza, o desemprego, a falta de educação e de serviços básicos. No entanto, a violência resulta também de fatores subjetivos, como a raiva e o rancor e, acima de tudo, é incentivada pelos desejos cultivados de vingança ou retaliação.

Neste sentido, o conceito de pobreza se torna mais amplo. A pobreza não é somente uma condição material das pessoas. A pobreza interior chega a constituir um fator muito mais perverso que a carência física, dentre os fatores que incentivam as violências cotidianas. Atualmente afirma-se em alguns círculos que, embora exista em muitos casos *a violência da pobreza*, existe também *a pobreza da violência*.

Dentro deste conceito, nós que trabalhamos com a hermenêutica das violências, entendemos agora por que um pobre com raiva é duas vezes mais pobre. Sem negar que é necessário e urgente solucionar a violência cruel da pobreza, entendemos a urgência de buscar soluções para a pobreza emocional, que torna a violência mais violenta.

Nas comunidades de debates sobre a violência e suas causas, quando procuramos esmiuçar com maiores detalhes a motivação das personalidades violentas, chegamos recentemente a três conclusões preliminares.

- **Primeira**, os seres humanos não sabem controlar as emoções e, de maneira especial, não sabem lidar com a raiva. De certa forma, somos analfabetos emocionais. O *cérebro primitivo ou arcaico* constitui a base desta explicação. Os seres humanos, tanto quanto se pode cogitar, têm níveis precários de humanidade. Assim sendo, a animalidade parece dominar na maioria. O controle inadequado da raiva e, em geral, de todas as emoções, nos situa em níveis muito altos de risco, para o desenvolvimento do homo harmônico. O *cérebro arcaico* nos levou a acreditar que a violência pode ser resolvida, não só com a violência das armas, mas também com a violência da linguagem, que parece ter maior impacto negativo sobre as pessoas que ofendemos. Chegamos até a acreditar que as armas podem construir a paz e, pior ainda, chegamos a engendrar meticulosamente um tipo de justiça que castiga a violência com mais violência, convertendo paradoxalmente os dispositivos de promoção da justiça em multiplicadores do mal que procurávamos eliminar.

- **Segunda**: existe um analfabetismo generalizado em relação a diferentes alternativas à violência, que poderiam ser utilizadas para resolver conflitos. Durante séculos acreditamos na força como método capaz de transformar as inevitáveis diferenças humanas. As mesmas instâncias alternativas de solução de conflitos que tiveram um notável desenvolvimento na última década (mediação, conciliação, juízes de paz), freqüentemente caem na tentação de ajuizar os trâmites para a solução e transformação de conflitos, diante da impossibilidade de garantir formas sustentadas de convivência e paz.

- **Terceira**: Uma conseqüência fatal das duas anteriores é a carência de mediadores e a multiplicação de instigadores. É muito comum reagirmos ao conflito aumentando a violência. Sentimos prazer em tornar a violência mais violenta, pretendendo apagar o incêndio com mais fogo. Isso é uma prática exequível na lida com incêndios florestais, porém inconseqüente no tratamento dos conflitos humanos. A gestão dos mecanismos de mediação termina,

em boa parte, levando para o âmbito judicial tudo aquilo que deveria ser um exercício de promoção da tolerância, para a reconstrução recíproca de relacionamentos frustrados pelo conflito.

Elementos comuns a vítimas e autores do crime

Na presença de atos de violência, tanto a vítima quanto o delinqüente se sentem afetados em três pilares da existência humana:

- Em sua auto-estima.
- Em sua segurança.
- Em sua capacidade de socialização.

Assim sendo, o esforço para construir a paz deve incluir o fortalecimento desses três pilares, nas pessoas e nos grupos sociais. É impossível imaginar uma paz sustentável, sem o fortalecimento desses três pilares. Infelizmente, uma cegueira milenar levou-nos a crer nas armas e, em geral, no *critério moral punitivo*, como a fórmula mais eficaz contra a violência, ignorando que a retaliação, o castigo e a vingança são geradores de mais conflito e mais violência.

A promoção e o estabelecimento de uma *justiça restaurativa* começam a ser esforços cada vez mais reconhecidos e valorizados no seio das culturas mais progressistas. Quando pessoas e coletividades adotam este novo estilo de vida, torna-se possível entender por que é uma prioridade desarmar o coração e como o desarmamento do coração é possível quando se promove a cultura do perdão e da reconciliação. Desmond Tutu proclamava insistentemente que *sem perdão não há futuro*, por haver entendido cabalmente a urgência de implantar uma nova cultura, baseada não na retaliação e no castigo do outro (ou seja, na *eliminação do outro*), mas sim na restauração dos agressores e no estabelecimento de novos pactos garantindo que a violência nunca mais voltará a gerar a iniquidade e a desumanização que atingiu a África do Sul.

O perdão e a reconciliação são virtudes heróicas de alto significado civil e político, nas quais precisamos nos exercitar. Só se aprende a perdoar, perdoando e perdoando até o imperdoável, como às vezes nos exige a realidade da vida. Jacques Derridá dizia que o único perdão verdadeiro é o do imperdoável. As pessoas que não perdoam são pessoas paralisadas internamente, congeladas pessoal e socialmente. Este princípio se aplica igualmente aos grupos que se confrontam em comunidades rivais. Na realidade, avolumam-se as evidências de que os indígenas e os negros são grupos humanos que, ao longo da história, acumularam coletivamente raivas, ódios e rancores, compreensíveis por suas causas, mas que freiam perversamente o desenvolvimento e o crescimento material e espiritual daqueles grupos humanos.

*As raivas e os ódios se acumulam no tempo... não se esfumam!
São reações, tanto individuais quanto coletivas, que contaminam
e paralisam a dinâmica interna das pessoas e das sociedades.*

Mas estamos diante de um gigantesco paradoxo: aquilo que mais falta faz no cotidiano dos seres humanos, ou seja, o perdão e a reconciliação, é justamente o que mais ignoramos. Há muito pouco tempo as ciências sociais começaram a produzir teorias e métodos relacionados com essas necessidades tão prioritárias. Mas o pior é que a própria base da mensagem cristã continua ignorada. O próprio clero, dentro da igreja católica, não obstante haver monopolizado a administração do perdão, exhibe níveis preocupantes de ignorância sobre seus instrumentos e métodos. A prática do perdão e da reconciliação não pode ser monopólio dos confesionários. Precisa ser divulgada e promovida para a cotidianidade das pessoas e das culturas.

A pedagogia e a cultura da reconciliação farão com que na vida cotidiana prevaleça Abel e não Caim ...

Ellie Wiesel, Prêmio Nobel da paz, costumava dizer que os seres humanos têm dentro de si *um Caim e um Abel*. Um é a imagem daquele que deixa prevalecer o ódio, a raiva e o desejo de vingança. O outro, Abel, é o símbolo daquele que abriga a bondade e a ternura em seu coração.

Aquele que decide portar armas é uma pessoa que opta por encarnar o arquétipo de Caim. O que opta pela encarnação de Abel é a pessoa que não acredita na força das armas e prefere a força do amor.

Para terminar, podemos afirmar que a cultura do perdão e da reconciliação é a base do processo de desarmamento. O verdadeiro desarmamento começa no coração das pessoas!

Adeus às armas: uma decisão transcendental

MARIA CLARA LUCCHETTI BINGEMER

Em meio à terrível crise política que está vivendo, o povo brasileiro é chamado neste mês de outubro, a voltar sua atenção para um ponto da maior importância em sua agenda: o referendo a favor do desarmamento. Já desde o ano passado, o Brasil aprovou o Estatuto do Desarmamento no Congresso. Nossos parlamentares aprovaram uma das mais estritas e severas legislações contra as armas de toda o continente, proibindo o porte de armas por parte de civis. Agora, o referendo popular de 23 de outubro pode chegar a eliminar por completo a comercialização e posse de armas.

Nosso objetivo, neste texto, é refletir sobre este momento tão importante, no qual os brasileiros são chamados a tomar uma decisão fundamental no futuro de seu país e de sua população. Pretendemos fazê-lo, porém, desde o ponto de vista da teologia, nossa área de competência. Outros o farão a partir de outros pontos de vista. Nós, após uma breve análise do momento de violência que vivemos em boa parte das grandes cidades brasileiras; após constatar aquilo que se convencionou chamar de “cultura da violência” que está levando à morte toda uma geração, procurará trazer o sentir da teologia – ciência que reflete a partir da revelação e da fé – como

contribuição ao discernimento que nosso povo é chamado a fazer neste momento.

Um país em pânico

O perene estado de pânico e susto em que vive a população brasileira frente a um cotidiano sempre mais violento foi certamente o maior e mais eficaz argumento para aprovar tal lei restritiva em 2004. Já o documento do Ministério da Justiça – o mais completo existente sobre a criminalidade no Brasil – publicou nesta mesma ocasião estatísticas verdadeiramente aterradoras. Segundo a ONU, em 1995, houve 41 mil homicídios no país, sendo que 88,39% foram cometidos por armas de fogo. E somente no ano de 2003 morreram, vítimas de armas de fogo, 40.000 pessoas no Brasil, o equivalente a 109 por dia.

O documento do Ministério da Justiça afirmava que “o problema mais dramático é o verdadeiro genocídio a que vem sendo submetida a juventude brasileira, especialmente a juventude pobre, do sexo masculino e, em particular, os jovens negros. Em 1999, na cidade do Rio de Janeiro, em cada grupo de cem mil habitantes, 239 jovens do sexo masculino, com idades de 15 a 29 anos, foram vítimas de homicídios perpetrados por armas de fogo. A magnitude do problema é tal que suas conseqüências já são perceptíveis na estrutura demográfica. A estratificação etária da população apresenta um déficit de jovens do sexo masculino apenas comparável ao que se verifica em sociedades que se encontram em guerra. É como se o Brasil experimentasse os efeitos devastadores de uma guerra civil sem bandeira, sem propósito, sem ideologia e sem razão”.

Com a lei que entrou em vigor em 2004, o porte de armas no Brasil passou a ser permitido somente a integrantes das forças armadas, policiais, guardas municipais, pessoal da carceragem e portuários. Tratou-se, sem dúvida, de uma boa notícia que anunciou o começo de um caminho longo, porém promissor, em direção à construção da paz neste tão sofrido país. O Brasil começava a dar “adeus às armas”.

Um passo a mais em direção à paz

Nesse momento, no entanto, o povo brasileiro dispõe-se a dar um passo a mais: dizer SIM no referendo que visa abolir a venda e comercialização de armas de fogo de qualquer espécie. O Brasil viveu o processo da campanha e legislação destinada a limitar o porte de armas por parte de seus cidadãos não sem dificuldades. Enquanto a campanha crescia e caminhava, estimulada pelos pacifistas, encontrava obstáculos na ação de lobistas e grupos a quem interessava que as armas proliferassem e que os cidadãos comuns, alarmados pela insegurança das grandes cidades, passassem a comprá-las para o caso delas necessitarem. O argumento era que as pessoas de bem precisam defender-se dos bandidos que sempre andam armados. E para tal é preciso ter uma arma em casa. É este mesmo argumento que cerca o referendo de ambigüidade e falhas de compreensão.

Aí reside certamente a falácia maior da argumentação contra o desarmamento que ganha espaço na mídia e na opinião pública. Falácia de querer fazer a opinião pública crer que armas pequenas, sem sofisticação e refinada tecnologia não são perigosas.

As pesquisas de instituições e ONGs que trabalham em favor da paz demonstram que hoje em dia, as armas pequenas e leves são as mais usadas na destruição em massa. Todos os anos, cerca de 500 mil pessoas morrem no mundo por causa de armas pequenas usadas em conflitos domésticos, crimes que são consequência e outras formas de violência. Desse total, 300 mil morrem em conflitos armados, e 200 mil são vítimas de homicídio, crime, suicídio e acidente. Em outras palavras, uma pessoa morre a cada minuto por causa das armas pequenas. A maioria das vítimas da violência armada é de civis, em boa parte mulheres e crianças. A arma guardada em casa para proteger é disparada por engano ou imperícia da criança e do adolescente que encontra nela mais um brinquedo. E a brincadeira acaba em sanguinolenta tragédia para desespero de todos e sentimento de culpa eterna de alguns.

Armas pequenas são de fácil aquisição, seja de forma legal ou ilegal. Fáceis de esconder, de usar e difíceis de controlar. As consequências podem ser vistas todos os dias nos jornais e nos telejornais. Homens, mulheres e crianças estão na mira da violência nas favelas e no asfalto das cidades brasileiras. Nas ruas e nas escolas a todo o momento alguma bala perdida ou intencional pode matar ou inutilizar para sempre um jovem, uma criança um adulto. Adolescentes e jovens são os que correm o maior risco estando assim ameaçada toda uma geração e por extensão o futuro de um país e de uma nação.

A venda livre de armas mudou a face e a natureza da violência urbana. Quando há armas por perto, conflitos banais podem tornar-se tragédias irreversíveis. Sociedades antes tranquilas passam a ser campos de batalhas para gangues urbanas. Mesmo após o fim dos conflitos, os esforços para o perdão e a reconciliação são frustrados pela instabilidade causada por essas armas e seu potencial letal colocado nas mãos erradas e na hora errada.

A arma de fogo pode não ser a causa direta da violência, mas é certamente um dos principais instrumentos para sua prática em momentos de conflitos. Assim, é muito mais um perigo do que uma proteção, já que cria uma falsa sensação de segurança e desmobiliza os esforços para construir trabalhosa e diuturnamente a concórdia e a paz. Além disso, o uso da arma de fogo para resistir a um assalto na verdade aumenta as chances da vítima ser baleada ou morrer.

Como todo instrumento de prática da violência, seja ela qual for, a posse e o porte da arma de fogo transforma a todos nós em potenciais assassinos, possíveis suicidas ou truculentos guerreiros. Carregar consigo o recurso para matar indica que admitimos, ainda que inconscientemente, a possibilidade de fazê-lo. E se assim for, nunca conseguiremos construir um futuro melhor e mais pacífico para nossos filhos e seus descendentes. Talvez nem tenhamos descendência para gerar e criar. Podemos ter matado a vida no seu nascedouro, bastando para isso um segundo de distração, incúria, exaltação ou infeliz acaso.

Tal como todas as áreas de reflexão – a sociologia, a ciência política, a psicologia – a teologia pretende dar uma modesta e humilde contribuição à reflexão que se faz de todas as partes ao se aproximar a data do referendo.

Um Deus em guerra contra si mesmo?

A teologia é uma meta-linguagem que se autocompreende como posterior à linguagem da revelação e da fé. Diante do povo brasileiro que se prepara para votar no referendo, a teologia entende ter uma palavra a dizer. A pergunta que hoje instiga todo aquele que crê é: como falar de Deus, como chamar a Deus como reforço contra a violência quando Este parece estar em guerra contra si mesmo num mundo ferido pela violência?

Olhando as guerras fundamentalistas que hoje ocorrem, assim como o passado da história das religiões monoteístas, podemos pensar que na verdade as religiões não ajudaram a humanidade a ser menos violenta, mas pelo contrário, reforçaram a violência abençoando-a com seus rituais e simbolismos.

Porém, olhando para o Deus que se revela nas páginas da Escritura, pode-se perceber um Deus não violento, um Deus ao qual toda violência é estranha. Não existe nele ira ou inveja ou vingança destrutiva. O Deus da Bíblia é pura não violência.

No entanto, essa imagem do Deus não violento não predominou sempre nas leituras e interpretações feitas do texto bíblico. Ao contrário, a imagem de um deus guerreiro ocupa um lugar central na arqueologia religiosa da humanidade. Aqueles a quem interessa a guerra não podem ter outro deus senão um deus guerreiro. Pois a quem podem suplicar a vitória, a não ser ao Deus dos exércitos?

Na verdade, porém, se lermos com cuidado a Escritura, veremos que são sempre os seres humanos que requisitarão Deus para fazer a guerra. Deus jamais requisita suas criaturas com tal propósito. Devido a isto, a representação de Deus muitas vezes permaneceu cativa de um estereótipo religioso arcaico, que vê na divindade

um ser que recorre à violência para punir a torto e a direito os infiéis e não hesita em guerrear contra os maus.

Consequentemente, o falar de Deus, por parte da Igreja e dos homens de boa vontade, afetado por este estereótipo que vê em Deus um legitimador da violência, deve mudar radicalmente. Hoje o discurso sobre Deus só pode dar-se acompanhado de um agir incessante e incansável de construção da paz. O Novo Testamento mostra que esta obra é, antes de mais nada, de Deus, do “Deus da paz”, cuja promessa consumada em Jesus Cristo compreende a pacificação do universo e a reconciliação entre todos os povos.

O exemplo daqueles que constroem a paz é proposto pelos Evangelhos em termos de uma bem-aventurança, ou seja, de uma vivência da verdadeira felicidade. As pessoas divididas por uma quebra são infelizes. É preciso estender-lhes a mão, ajudá-las a se reconciliarem, a se reconstruírem. Não se trata, portanto, de uma atitude meramente afetiva, essa dos construtores da paz e dos pacíficos; mas é algo ativo, que procura eficazmente o bem do outro e da coletividade. Aqueles que assim constroem a paz, diz o Evangelho, “serão chamados filhos de Deus”, ou seja, “eleitos”. Escolhidos para viver uma situação e dar um testemunho cujo protótipo é o próprio Jesus, Filho de Deus e Deus Encarnado.

Enquanto prática concreta da justiça e do direito para com aqueles que estão privados deste bem fundamental para a vida, a ação dos construtores da paz reflete a conduta misericordiosa de Deus em relação aos homens. É por causa disto que a bem-aventurança proclamada no Evangelho atesta que alguém que constrói a paz será chamado filho de Deus. Porque efetivamente dá sua vida e entrega o melhor de si a fim de que a paz possa reinar, restaurando as relações rompidas e sanando as feridas geradas pela violência. Trata-se de todo o contrário da concepção de poder soberano que permitiu durante longo tempo aos reis, imperadores e ditadores de toda espécie se autoproclamarem filhos de Deus, assegurando a paz a seus súditos mas no entanto encetando guerras sem razão e sem finalidade.

Deus: o fundamento da paz verdadeira

A fé em um Deus que é amor ilumina a busca de paz que a humanidade hoje procura mais ansiosamente porque mais ameaçada se encontra. Num mundo de pecado e violência, o amor *não pode* matar e destruir sem ao mesmo tempo se desmentir a si mesmo como amor. Resta, portanto, ao amor, somente sofrer e morrer. O amor *só pode* sofrer, morrer, resistir. Cada vez que a justiça é violada, o Amor sofre. Diante do sofrimento do inocente, não há outro lugar para o amor, não há outro lugar para Deus, senão mergulhar no meio do sofrimento, ao lado do mais fraco, do oprimido, sofrendo com ele. Só assim se pode dizer que o Amor é o último sentido da história, mais forte que a morte. Só assim se pode afirmar que Deus é amor.¹ Só assim se pode entender a relação entre Deus e o mal, entre Deus e o sofrimento do mundo²

Deus vai ao fundo mais profundo do sofrimento e da morte. Sofre e passa pela morte sem por ela ser destruído, abrindo o futuro da esperança e da vida a todos os crucificados da história. Se por um lado, continuamos a afirmar – fiéis à tradição da Igreja – que Deus não vem a ser, não passa e, portanto, é imutável e impassível, ou seja, não é passível e mutável como as criaturas são, reconhecemos ser preciso afirmar, no entanto, que o coração de Deus é vulnerável e passível de ser afetado pelo amor, que o faz abrir-se ao que não é ele e deixar-se ferir pela solidariedade suprema e radical com o sofrimento da humanidade.

A partir da Cruz de Jesus, não há nada no mundo fora de Deus, não há nada no mundo não assumido (e portanto não redimido) por Deus, mesmo a negatividade, a dor e a morte. A paixão de Deus continua acontecendo nos crucificados da história. Porém, apesar disso e em meio à luta contra a injustiça que continua faz-

1 Cf. J. MOLTMANN, *El Dios Crucificado*, Salamanca, Sígueme, 1975, pg 189.

2 R. MUÑOZ, *O Deus dos cristãos*, Petrópolis, Vozes, 1986, pp. 134-137.

do suas vítimas, nada se perde. Não há lugar para o desespero, já que a redenção se faz e segue seu misterioso curso³.

O Deus da fé cristã indica o verdadeiro caminho para o fim da violência. Não é certamente o de combatê-la brutalmente, fazendo-a crescer em lugar de decrescer, com represálias e retaliações. Muito mais, Deus vem ao encontro do ser humano sem proteção nem armas, oferecendo amorosamente sua pessoa e propondo uma relação de aliança. O construtor da paz, portanto, será aquele que, com coragem e lucidez, identificará o conflito e suas raízes e o assumirá a partir de dentro, propondo-se trabalhar com o melhor de suas energias para tornar possível a restauração da vida feita pedaços pela guerra e a barbárie. E isso com a consciência do risco que o espreita de ser salpicado pelos estilhaços das armas que a violência usa para conseguir seus intentos. Mas por outro lado, sem lançar mão delas a fim de revidar os ataques dos quais pode ser vítima.

Jesus desarmou Deus. Mais exatamente, desarmou as imagens que o homem se fabricou de Deus, imaginando-o à sua própria semelhança. Jogou por terra todos os deuses poderosos instalados em seus tronos. O Deus dos Exércitos, na verdade, é o Deus desarmado. O Deus todo poderoso faz brilhar seu poder na impotência do amor rejeitado e crucificado em Jesus Cristo. A projeção das frustrações humanas na onipotência divina pode bem se tornar e converter-se na projeção da própria vontade humana de poder.

Sendo Deus pura não violência, não é possível dar testemunho dele senão tornando-se testemunha de sua não violência. A antítese da fé, neste caso, não é a descrença, mas a violência e o desamor. Negar a Deus não é ignorar que ele existe, mas pretender que ele se acomoda à violência humana e a legítima ou dirige.

Assim, este Deus desarmado convida o homem a desarmar-se também. E somente este desarmamento daquele ou daquela que decide ser construtor da paz pode desarmar o adversário. A bem-

3 Sobre a paixão de Deus nos crucificados da história, ver Jon SOBRINO, *Jesus, o libertador*, Petrópolis, Vozes, 1996, pp.366-390.

aventurança evangélica da paz refuta o argumento pagão segundo o qual a arma que meu adversário possui justifica que eu me arme também para resistir-lhe. Tal atitude só poderá ter como resultado a corrida armamentista que assistimos tomar conta do mundo, que pretende fundar a paz sobre o equilíbrio do terror, mas que no fundo não engendra outra coisa a não ser a guerra.

Opor a proposta da paz à agressão e à violência é o único caminho para quebrar a rivalidade fundada sobre a imitação do inimigo e romper o círculo vicioso das vinganças sem fim. Porque esta lógica não é aceita, a história da humanidade tem se tornado sempre mais a história de suas guerras. A proximidade do referendo do desarmamento nos convida a desejar que ela passe a ser a história da paz construída com a justiça e o diálogo responsáveis.

Hoje, às vésperas do referendo do desarmamento, o Deus dos Exércitos ameaça sobrepor-se ao Deus da paz no bojo dos diversos movimentos fundamentalistas e dos discursos belicistas que o fazem combater contra si mesmo, no Brasil e em outras partes do mundo.

Não matarás!

Dizer que sim ao desarmamento e desarmar-se a si próprio é hoje cumprir em plenitude o mandamento da Lei de Deus que declara: Não matarás! Por trás da formulação negativa e do interdito peremptório do mandamento “*Não matarás!*” ressoa fortemente a grande afirmação da vida, - núcleo central da mensagem bíblica – a qual constitui o direito essencial e fundamental do ser humano, e que, portanto, importa garantir contra toda e qualquer tentativa arbitrária e delituosa de transgressão.

Para o homem bíblico, a vida não só provém de Deus, como só nele encontra sua fonte. É, por assim dizer, o outro nome de Deus. Assim como se pode dizer: “*Deus é luz e nele não há treva alguma*”⁴, pode-se igualmente dizer “Deus é vida e nele não há mor-

4 1 Jo 1, 5

te alguma”. Ele é o Deus que transforma o caos em cosmos, o deserto em jardim, que engravida virgens e estéreis, que faz brotar e crescer a vida ali onde ela pareceria impossível.⁵

Diante desse Deus, portanto, a morte infligida ao semelhante tem que ser o maior dos interditos, pois é a contradição suprema com sua própria identidade. No contexto do Decálogo, porém, a proibição de matar concerne somente os homicidas voluntários. A pena de morte e o direito de guerra, admitidos no antigo Israel e legalizados por alguns textos do AT não são compreendidos como homicídios neste mandamento. Na verdade, os destinatários do decálogo são os israelitas livres e legítimos. Portanto, este mandamento tenta proteger, antes de tudo, a vida do israelita contra qualquer violência ilegal e arbitrária.

Em suma, o mandamento que no decálogo aparece em sexto e não em quinto lugar, mas que para os cristãos é conhecido e recitado como quinto mandamento ⁶ visa os comportamentos que, diretamente ou não, ocasionam a morte de outros seres humanos. Porém, por trás de sua formulação negativa, ergue-se a grande afirmação da vida que convida, de maneira expressa, a empenhar-se neste sentido: evitar tudo que pode levar à morte e esforçar-se por contribuir positivamente na construção da vida do próximo. Assim a fome, a sede, a nudez, a opressão e outros tantos comportamentos agressivos e contrários à vida estão compreendidos dentro deste mandamento como uma exigência do amor solidário que caracteriza o Deus de Israel, defensor e porta voz (go’el) do órfão, da viúva, do estrangeiro.

Como se insere o evangelho de Jesus Cristo e o Cristianismo dos séculos posteriores nesta tradição nuclear da Bíblia hebraica?

5 Cf. R. ALVES, *Creio na ressurreição dos corpos*, 2a ed. SP. Sagarana, 1984

6 Cf. *Novo Catecismo da Igreja Católica*,

O ensinamento de Jesus

Seguimos aqui o texto do Sermão da Montanha, o capítulo 5 de Mateus, e dentro dele, os versículos 21 e 22, que constituem a famosa antítese sobre as injúrias, onde Jesus, invocando apenas sua própria autoridade, retoma e radicaliza o que foi dito aos antigos pelo próprio Deus de Israel.

21 Ouvistes que foi dito aos antigos •: Não cometerás homicídio •; aquele que cometer um homicídio responderá por ele no tribunal •. 22 Pois eu vos digo: todo aquele que se encolerizar contra seu irmão responderá por isso no tribunal; aquele que disser a seu irmão: Imbecil • estará sujeito ao julgamento do Sinédrio •; aquele que disser: Louco • será passível da geena de fogo •. 23 Portanto, quando fores apresentar a tua oferenda ao altar, se ali te lembrares de que teu irmão tem algo contra ti, 24 deixa a tua oferenda ali, diante do altar, e vai primeiro reconciliar-te com o teu irmão; depois, vem apresentar a tua oferenda. 25 Põe-te logo de acordo com teu adversário •, enquanto estás ainda a caminho com ele; não aconteça que esse adversário te entregue ao juiz, e o juiz, ao policial, e sejas lançado na cadeia. 26 Em verdade, eu te digo: de lá não sairás enquanto não tiveres pago o último tostão •.

Quaisquer que sejam a origem última e as etapas da composição deste texto, permanece o fato de que é atribuído a Jesus. Neste caso, a fórmula inaugural “*ouvistes o que foi dito*” remete à leitura da Bíblia nas sinagogas. É a Bíblia que vai ser posta em questão e não a tradição rabínica.

A ira é condenada nas palavras do evangelista, postas nos lábios de Jesus, pois o amor respeitoso do irmão, segundo o Evangelho, exige mais do que uma simples observância da Lei que se situe fora da luz do Cristo. O autor neotestamentário visa aqui não tanto uma cólera interior como aquela que se expressa externamente em injúrias. Não se pode, portanto, dissociar o sentimento da cólera de cer-

tas demonstrações violentas, notadamente de palavras ofensivas ao próximo (cf. Tg 1,19) Além disso, essa ira completa a condenação do assassinato, que é também uma falta exterior.

A advertência é além disso totalizante. Trata-se de toda manifestação de cólera que é visada e não apenas aquela que é “sem razão”; a precisão aqui acrescentada tem toda a aparência de ser uma atenuante posterior que enerva a antítese. E Jesus usa todos os termos e nuanças da jurisprudência para sugerir uma sanção mais e mais severa na ordem espiritual divina.

Não se trata da instauração de um “tribunal cristão” Nada autoriza a supor que as comunidades apostólicas se tenham dado atribuições e poderes dos quais jamais a Igreja ousaria apropriar-se” a posteriori”, consciente, apesar de tudo, de seus limites e dos direitos soberanos da misericórdia.⁷ Ora, se o Evangelho e, nele, o Sermão da Montanha são propostos por Jesus Cristo não podem, intrínseca e constitutivamente, ser impraticáveis. Na verdade, o que a pedagogia de Jesus - homem de seu tempo e de sua cultura - pretende é mostrar a seus discípulos que quando se trata de amar, nunca se terá feito o bastante. Por isso os exorta a levar a mansidão e a atitude amorosa até o extremo de oferecer a outra face, deixar-se despojar de suas roupas e ceder a qualquer demanda.

Se se racionalizam as formulações do Sermão da Montanha, corre-se o risco de esvaziá-las de sua seiva, fazendo-as abandonar o papel dinâmico que lhes foi designado, qual seja, revelar toda a amplidão do chamado à perfeição, levar os cristãos a um nunca findável caminho de mansidão, renúncia e humildade. De amor, enfim!

7 Para uma reflexão mais completa sobre este tema, v. o livro por nós organizado *Violência e religião. Judaísmo, Cristianismo e Islamismo. Três religiões em confronto e diálogo*, RJ/SP, Ed. PUC-Rio/Loyola, 2001

A nunca legítima violência

Ao longo da história, vários pensadores que marcaram a história do mundo ocidental levantaram suas vozes para criticar a violência. O processo da violência e a alienação que ele produz é por eles e elas percebido como um processo de reificação, ou seja, de assassinato. Só ao se libertar de toda dominação da força é que o ser humano pode então contemplar os três mistérios da existência: a verdade, a justiça e a bondade.⁸

Toda violência é na verdade violação da personalidade daquele que a sofre. Toda violência é ameaça de morte. E isso porque atingir a dignidade do ser humano é já atingir sua vida. Da humilhação ao extermínio e ao genocídio, portanto, são múltiplas as formas de violência e múltiplas as de morte. E toda forma de violência portanto é mortal.

A violência é tão antiga quanto o mundo e o homem toma consciência de sua existência desde o momento em que toma consciência de seu próprio existir enquanto ser humano. Descobre então que sua própria humanidade se encontra ameaçada pela violência inumana e desumanizante.

A violência é também algo irracional. Por isso o ser humano, desperta para o pensar quando toma consciência da violência como algo radicalmente contrário às exigências de sua razão. A ética, portanto, julga a violência, identificando-a como a negação da humanidade e lhe opõe uma negação categórica recusando-lhe toda dignidade.

É esse conhecimento da violência e a recusa de submeter-se aos seus imperativos que funda o conceito mesmo de não violência.⁹ O

8 Pensamos em pensadoras como Simone Weil e Hannah Arendt, René Girard, etc.

9 Cf. sobre isso, comentando o pensamento de Simone Weil, MULLER, J.M. *Simone Weil et l'exigence de non-violence*, Paris, Editions du Témoignage Chrétien, 1991p. 122.

homem e a mulher fortes - ao contrário do sentido comumente dado a isso - não seriam aquele ou aquela que possui os meios do poder e da violência, mas o que possui a sabedoria da não violência. Aquele que possui a força¹⁰ é aquele que sabe resistir ao arrastar da paixão coletiva e guarda o controle de seu próprio destino. A virtude da força é o que se chama comumente a fortaleza de alma, ou como já dissemos antes, o dom da fortaleza que permite enfrentar as provações e as vicissitudes da vida, mantendo-se firme no que crê até o dom da própria vida.¹¹

Creemos que a única fonte possível da não violência é espiritual. Ainda que esta não tenha poder de se opor eficazmente à violência da opressão ou da agressão, a fortaleza espiritual transforma o ser humano por dentro, gerando vida a partir de sua vontade de não violência. As forças aparentes e “eficazes” geralmente são materiais, sendo a fortaleza espiritual, do pensamento ou da vontade, “essencialmente contraditórias”.¹²

A própria noção de direito está por natureza ligada à violência.¹³ Afirmativas como “Tenho o direito de...”, “Você não tem o direito de...” encerram em si uma guerra latente e despertam um espírito mesmo de beligerância que dificulta os processos de paz.¹⁴ No entanto, há que reconhecer que há muitas noções, englobadas na mesma categoria de direito, que são estranhas, em si mesmas, ao sobrenatural e estão, portanto, acima da força brutal. Aí

10 Em termos cristãos, poderíamos identificá-lo aqui com a “fortaleza”, um dos sete dons do Espírito Santo.

11 Cf o que SW escreve a Georges Bernanos a propósito de sua experiência vivida da Guerra Civil Espanhola: “*Há ali um arrastar, uma embriaguez à qual é impossível resistir sem uma fortaleza de alma que é preciso crer que é excepcional já que eu não a encontrei em lugar algum.*” In: *Ecrits historiques et politiques*. Paris: Gallimard, 1960.

12 WEIL, S. *Oppression et liberté*. Paris: Gallimard, 1955.

13 WEIL, S. *Ecrits de Londres et dernières lettres*. Paris: Gallimard, 1957. p. 209.

14 *Ibid.*

entra toda a gama dos direitos humanos. Essas noções, no entanto, que relevam do antropológico, são atingidas e configuradas pela graça.

A graça, no entanto, não significa a intervenção mágica e direta de Deus na história dos homens. O sobrenatural, na verdade, só opera na história das sociedades pela mediação dos seres humanos, na medida em que estes, por sua faculdade de atenção, entram em contato com a realidade transcendente do Bem puro que é Deus.

Num certo sentido, portanto, é a capacidade de lutar dos homens e mulheres apaixonados pela justiça que, numa sociedade democrática, permanece sendo a melhor garantia do direito e, em suma, da liberdade.

Na sociedade como no mundo, a ordem da paz resulta do jogo das forças e energias que se limitam e se equilibram umas às outras. Não pode, portanto, haver relações justas e pacíficas entre os homens senão na medida em que uns e outros sabem limitar seus desejos e não desejam se apropriar dos objetos finitos. Pois “um desejo limitado pode compor com meus outros desejos e com os desejos limitados dos outros homens”.¹⁵

A violência surge precisamente quando o homem começa a desejar o ilimitado, ou seja, perde o freio de seus próprios desejos e/ou quando seu desejo se encontra contrariado pelos outros. A violência se enraíza num desejo ilimitado que esbarra no limite constituído pelo desejo de um outro.¹⁶

A justiça e a paz só podem acontecer, portanto, no momento em que os seres humanos renunciam a possuir o infinito, renunciam a desejar ilimitadamente. Se os homens e as mulheres não conseguem fazer isso, é preciso que a lei os constranja a isso. A lei seria, portanto, o limite nas questões sociais e de luta pela justiça.¹⁷

15 WEIL, S. *Cahiers I*. Paris: Gallimard, 1994. p. 80.

16 *Ibid.*, pp. 47-80.

17 WEIL, S.

Da mesma forma, a paz mesma não resulta nem pode resultar de duas guerras, mas de duas forças iguais e de sentido contrário que se limitam uma à outra e se mantêm em equilíbrio. Se a paz realmente existe, estas forças são apenas potencialmente violentas e podem permanecer não violentas.

A violência, portanto, não é somente instrumento de opressão social ou de agressão militar. Ela é também um método de ação que parece às vezes necessário, para defender a liberdade ameaçada ou para conquistá-la. Para defender a vida que, na sua vulnerabilidade, encontra-se constantemente ameaçada. A violência, com efeito, pode ser empregada ao serviço de causas justas. Mas isto não a torna justa. Se ela aparece necessária para combater a injustiça, não permanece menos uma violência que machuca a humanidade do homem, daquele que a sofre como daquele que a exerce.

O caminho do Evangelho de Jesus Cristo, que radicaliza e leva às últimas conseqüências as exigências éticas e espirituais do mandamento “*Não matarás!*” permanece sendo, em última análise, o melhor e mais real caminho para que a vida - a própria e a do outro - não estejam condenadas a perecer, mas sim a florescer, a crescer e chegar à plenitude de suas potencialidades.

Conclusão: desarmar-se em nome da vida

Após tudo que vimos, constatamos ao final desta reflexão que desarmar-se, mais que depor fisicamente um instrumento letal, tem que começar pela atitude interior de não admitir carregar consigo nada que possa, ainda que remotamente acrescentar uma fagulha que seja à incandescente violência que assola nosso país e o mundo em que vivemos.

E quando dizemos não carregar nada, não nos referimos somente ao nível exterior a nossa corporeidade, mas ao fundo mais profundo de nossa subjetividade. Desarmar-se significa antes de mais nada desarmar o coração. E o referendo de 23 de outubro de 2005 nos traz o belo desafio de desarmar o coração para desarmar

a nação. Uma nação armada é uma nação com medo. Seres humanos são chamados a olhar-se frente a frente nos olhos, sem armas, apenas com a comunicação epifânica de seus rostos como instrumento de relacionamento intersubjetivo.

A teologia nos diz que a decisão de desarmar-se é uma decisão não apenas funcional, mas transcendental. Trata-se de assumir em nossa subjetividade a atitude do próprio Criador, que deseja que sua criação viva e não se destrua irresponsavelmente. Trata-se de depor definitivamente tudo aquilo que pode perturbar a convivência pacífica e o diálogo franco e reconciliado.

Portanto, desarmemo-nos. E ajudemos amigos e conhecidos, inimigos e rivais, a baixar as armas para que a paz seja possível. Ajudemos o Brasil a desarmar-se, se quisermos que, depois de nós, haja vida em abundância para todos. As futuras gerações esperam pelo nosso SIM no dia do referendo.

Publicações anteriores dos *Cadernos Adenauer*



Reforma política: agora vai? (n. 02, 2005)

Reformas na Onu (n. 01, 2005)

Liberdade Religiosa em questão (n. 04, 2004)

Revolução no Campo (n. 03, 2004)

Neopopulismo na América Latina (n. 02, 2004)

Avanços nas Prefeituras: novos caminhos da democracia
(n. 01, 2004)

Mundo virtual (n. 06, 2003)

Os intelectuais e a política na América Latina (n. 05, 2003)

Experiências asiáticas: modelo para o Brasil? (n. 04, 2003)

Segurança cidadã e polícia na democracia (n. 03, 2003)

Reformas das políticas econômicas: experiências e alternativas
(n. 02, 2003)

Eleições e partidos (n. 01, 2003)

O Terceiro Poder em crise: impasses e saídas (n. 06, 2002)
O Nordeste à procura da sustentabilidade (n. 05, 2002)
Dilemas da Dívida (n. 04, 2002)
Ano eleitoral: tempo para balanço (n. 03, 2002)
Sindicalismo e relações trabalhistas (n. 02, 2002)
Bioética (n. 01, 2002)
As caras da juventude (n. 06, 2001)
Segurança e soberania (n. 05, 2001)
Amazônia: avança o Brasil? (n. 04, 2001)
Burocracia e Reforma do Estado (n. 03, 2001)
União Européia: transtornos e alcance da integração regional
(n. 02, 2001)
A violência do cotidiano (n. 01, 2001)
Os custos da corrupção (n. 10, 2000)
Fé, vida e participação (n. 09, 2000)
Biotecnologia em discussão (n. 08, 2000)
Política externa na América do Sul (n. 07, 2000)
Universidade: panorama e perspectivas (n. 06, 2000)
A Rússia no início da era Putin (n. 05, 2000)
Os municípios e as eleições de 2000 (n. 04, 2000)
Acesso à justiça e cidadania (n. 03, 2000)
O Brasil no cenário internacional (n. 02, 2000)
Pobreza e política social (n. 01, 2000)

*OBS.: Os Cadernos Adenauer podem ser solicitados
diretamente à Fundação Konrad Adenauer.*

■ Preço dos 4 volumes editados no ano: R\$ 25,00

■ Preço individual do exemplar: R\$ 8,00



ESTE LIVRO FOI COMPOSTO
POR CACAU MENDES EM AGARAMOND
E IMPRESSO NO RIO DE JANEIRO
POR ZIT GRÁFICA E EDITORA
EM PAPEL PÓLEN SOFT 80G/M²
PARA A FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER
NA PRIMAVERA DE 2005.